

Diário do Legislativo de 31/10/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Amilcar Martins e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Pastor George

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Miguel Martini

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PL Presidente
Brandão

Deputado Hely PSDB Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Cabo PL
Morais

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

Deputado Antônio PSD
Genaro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo PMDB
de Oliveira

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo PMDB Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Dilzon PTB
Melo

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PTB

Patrús

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Haueisen

Deputado João Paulo PL Vice-Presidente

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Bené PDT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PT Presidente
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado Elbe PSDB
Brandão

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo PFL Presidente
Piau

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado João PTB
Pinto Ribeiro

Deputado Dalmo PPB
Ribeiro Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo PL
Brandão

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente
Lobo

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Rêmolo PFL
Aloise

Deputado Dilzon PTB
Melo

Deputado Luiz PPB
Fernando Faria

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Eduardo PL
Brandão

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PL Presidente
Milton

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente
Avelar

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Miguel PSB
Martini

Deputado Maria PT
José Haueisen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Marco Régis PL

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente
Batista de Oliveira

Deputado Chico PMDB Vice-Presidente
Rafael

Deputado Jorge PMDB
Eduardo de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo PFL
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Dimas PMDB
Rodrigues

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon PPB Presidente
Terra Pinto

Deputado Paulo PL Vice-Presidente
Pettersen

Deputado Amilcar PSDB
Martins

Deputado Alencar PDT
da Silveira Júnior

Deputado Djalma PSDB
Diniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco PL Presidente
Régis

Deputado José PMDB Vice-Presidente
Braga

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Jorge Eduardo PMDB
de Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PT

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Bené PDT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado João Leite PSB

Deputado Luiz PPS
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da PDT
Silveira Júnior

Deputado Paulo Pettersen PL

Deputado Mária Olívia PSDB

Deputado Márcio PPS
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente
Santiago

Deputado Bilac PFL Vice-Presidente
Pinto

Deputado Doutor PMDB
Viana

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB
Rezende

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Djalma Diniz PSDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PSDB Presidente
Olívia

Deputado Gil PPB Vice-Presidente
Pereira

Deputado Márcio PMDB
Cunha

Deputado Fábio PTB
Avelar

Deputado Pastor PL
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PL

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, João Leite e Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente registra a presença dos Deputados Doutor Viana e Rogério Correia e informa que a reunião se destina a ouvir as Sras. Francisca Ferreira de Souza, representante da Diretoria Colegiada do SINTSPREV-MG; Maria Machado Cota, Vice-Presidente das Organizações Filiadas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Ângela Ferreira, 1ª Vice-Presidente da Secretaria Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; e Cleuza Maria Faustina, Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Saúde, Trabalho e Previdência Social - FENASPS -; que irão discutir a paralisação dos serviços de atendimento à saúde e à educação e a concessão de benefícios previdenciários à população no Estado, as quais tomam assento à Mesa. A seguir, o Presidente passa a palavra aos Deputados Rogério Correia e Doutor Viana autores do requerimento que suscitou a reunião para suas considerações iniciais. Após a exposição dos convidados, passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

ATA DA 83ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas e dez minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Eduardo Hermeto, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.799, 1.807 e 1.811/2001 (Deputado Dilzon Melo); Projetos de Lei nºs 1.800 e 1.810/2001 (Deputado Agostinho Silveira); Projetos de Lei nºs: 1.797, 1.805 e 1.806/2001 (Deputado Márcio Kangussu); Projetos de Lei nºs 1.798 e 1.808/2001 (Deputado Eduardo Hermeto); Projeto de Lei nº 1.809/2001 (Deputado Ermano Batista); Projeto de Resolução nº 1.803/2001 (Deputado Geraldo Rezende) e Projeto de Lei nº 1.801/2001 (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 591/99 e 1.752/2001, ambos na forma de substitutivos que receberam o nº 1, e 971/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.373/2001 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.760/2001 (relator: Deputado Márcio Kangussu); 1.767/2001 com a Emenda nº 1 e 1.775/2001 (relator: Deputado Agostinho Silveira). O Deputado Sávio Souza Cruz apresenta parecer mediante o qual conclui pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.723/2001. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Após votação, são aprovados os requerimentos dos respectivos relatores solicitando sejam baixados em diligência os Projetos de Lei nºs 1.453/2001, à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (relator: Deputado Márcio Kangussu) e 1.762/2001, à Secretaria de Estado da Casa Civil (relator: Deputado Eduardo Hermeto). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.702/2001 e 1.751/2001 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Ermano Batista e Eduardo Hermeto. Os Projetos de Lei nºs 1.756 e 1.615/2001 são retirados de pauta, atendendo a requerimentos dos Deputados Ermano Batista e Agostinho Silveira, respectivamente, aprovados pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.770, 1.772, 1.769 e 1.738/2001 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Eduardo Hermeto); 1.733, 1.768 e 1.777/2001 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.754 com a Emenda nº 1 e 1.771/2001 (relator: Deputado Ermano Batista). O Presidente determina o envio ao Plenário do Projeto de Lei nº 1.723/2001, para inclusão do parecer em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Fábio Avelar - Sávio Souza Cruz - Agostinho Silveira.

ATA DA 74ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Cabo Morais, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cabo Morais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, esclarece que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados a correspondência do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do CREA-MG, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/10/2001. Após, solicita ao Deputado Sargento Rodrigues que proceda à leitura da correspondência enviada pelo Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG, por meio da qual encaminha documentação requerida pela Comissão. O Presidente comunica que em 16/10/2001 foram os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Hely Tarquínio designados, respectivamente, relatores dos Projetos de Lei nºs 1.550/2001 e 1.683/2001, ambos no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação do parecer para o 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 34/2001 (relator: Deputado Cabo Morais) e do parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.497/2001 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Navarro Vieira). Na fase de discussão do parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.688/2001, o relator, Deputado Sargento Rodrigues, retira o parecer que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2 e, em seguida, procede à leitura de outro parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.761/2001 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sargento Rodrigues, deferido pela Presidência. Passa-se à discussão e à votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário. O Presidente submete a votação o Requerimento nº 2.658/2001, em turno único, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 66ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezenove horas do dia vinte e dois de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmolio Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Gil Pereira e Antônio Andrade. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a colher subsídios para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.279/2000, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A seguir, agradece a presença dos Srs. Antônio Luís Bernardes, representando o Presidente do SINDIFISCO; Milton dos Reis, Presidente da Federação das CDLs, e Thadeu Leão Pereira, representando o Presidente da FAEMG. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os requerimentos do Deputado Rêmolio Aloise em que solicita que não se aprecie o Projeto de Lei nº 1.279/2000, sem que seja ouvido o Secretário de Estado da Fazenda, nesta Comissão e do Deputado Rogério Correia, pedindo que participe desta reunião o Sr. Antônio Matos, Presidente da Associação das Pequenas e Microempresas do Estado de Minas Gerais. A seguir, a Presidência encerra a reunião em virtude da ausência do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Rogério Correia - Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria - Anderson Adauto - Rêmolio Aloise.

Às dez horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Menezes, Bené Guedes e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. José Osvander Borges, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (2); do Sr. Fábio Persi, Presidente da Associação Comunitária do Chonin de Cima, publicados no "Diário do Legislativo" de 19/10/2001. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designa os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 971/2000, 1.754 e 1.772/2001 (Deputado João Leite); 1.733 e 1.768/2001 (Deputado Luiz Menezes); 1.738 e 1.770/2001 (Deputado Bené Guedes) e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.752/2001. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Bené Guedes (em virtude de redistribuição), que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.611/2001 na forma do Substitutivo nº1, a Presidência solicita vista da matéria. Na seqüência dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.619 e 1.715/2001 (relator: Deputado João Leite); 1.691, 1.722 e 1.725/2001 (relator: Deputado Bené Guedes); 1.719 e 1.697/2001 com a Emenda nº1 (relator: Deputado Luiz Menezes). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva transfere a Presidência ao Deputado Bené Guedes e apresenta requerimento, em que solicita à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, à Secretaria de Estado da Educação e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais informações sobre o número e os nomes de servidores aposentados ou com aposentadoria requerida, que estão sendo e serão atingidos pelas medidas que determinam o seu retorno ao trabalho. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Em seguida, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva procede à leitura de requerimentos do Deputado Doutor Viana, em que solicita sejam convocados novamente os Secretários de Estado da Educação e do Planejamento e Coordenação Geral e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para decidirem efetivamente os seguintes assuntos: retorno de professores já aposentados à sala de aula; aposentadoria preliminar, direito amplo de defesa ao servidor e informação respeito aos direitos adquiridos, respeitando-os perante normas ou leis posteriores; do Deputado Pastor George, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão com as autoridades que menciona, para se discutir o projeto de lei, do Deputado Federal Edmar Moreira, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico e autoriza a criação do conselho federal e dos conselhos regionais de instrumentadores cirúrgicos. Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos. Cumprida finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Bené Guedes, Presidente - Luiz Menezes - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 301ª reunião ordinária, a realizar-se em 31/10/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 805/2000, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à criação e à implantação de consórcio intermunicipal para a prestação de serviços públicos de interesse comum e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.706/2001, do Governador do Estado, que altera o Decreto-Lei nº 942, de 11/10/1943, que autoriza o Governo a doar à Cruzada Mineira contra a Tuberculose terrenos sítos na Fazenda da Baleia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 47/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, do transporte, da comercialização e da distribuição de medicamentos no Estado e dá outras providências. A Comissão de Saúde

opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 936/2000, da CPI do IPSM, que autoriza o IPSM a alienar bens. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.273/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera dispositivos da Lei nº 12.462, de 7/4/97, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN -, e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que estabelece a política estadual de reciclagem de materiais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2001, da Deputada Elbe Brandão, que acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 825/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária incidente sobre fio de malha sintética.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.802/2001, da Mesa da Assembléia, que estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro parlamentar. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2001, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - MICRO GERAES - e estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicável e dá outras providências. As Comissões de Justiça e de Turismo perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 31/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.765/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Requerimentos nºs 2.721/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.727/2001, do Deputado Rogério Correia; 2.730/2001, do Deputado Álvaro Antônio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 31/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 640/99, do Deputado João Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 828/2000, do Deputado Durval Ângelo; 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.279/2000, do Governador do Estado; 1.425/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.613/2001, do Governador do Estado; 1.710/2001, da Comissão Especial das Taxas.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para obter esclarecimentos sobre indícios de irregularidades na Concorrência Pública nº 4/2001, executada pela Secretaria da Fazenda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 31/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.760/2001, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.716 e 2.717/2001, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 31/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.575/2001, do Deputado João Batista.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.401/2001, do Deputado Marco Régis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.704/2001, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 31/10/2001, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 1.802/2001, da Mesa da Assembléia, que estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro parlamentar e dos Projetos de Lei nºs 805/2000, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à criação e à implantação de consórcio intermunicipal para a prestação de serviços públicos de interesse comum e dá outras providências; 1.706/2001, do Governador do Estado, que altera o Decreto-Lei nº 942, de 11/10/1943, que autoriza o Governo a doar à Cruzada Mineira contra a Tuberculose terrenos sitos na Fazenda da Baleia; 47/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, do transporte, da comercialização e da distribuição de medicamentos no Estado e dá outras providências; 936/2000, da CPI do IPISM, que autoriza o IPISM a alienar bens; 1.273/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera dispositivos da Lei nº 12.462, de 7/4/97, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN -, e dá outras providências; 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que estabelece a política estadual de reciclagem de materiais; e 1.683/2001, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Máquinas "Off-Line"

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Kangussu, Luiz Fernando Faria, Cabo Morais e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Alencar da Silveira Júnior, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Programa de Concessão de Rodovias

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Jorge Eduardo de Oliveira, Amilcar Martins e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Aduato, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmolo Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2001, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 825/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Chico Rafael, Edson Rezende e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2001, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, e o Vice-Presidente e de se designar o relator para o 1º turno.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Elaine Matozinhos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/11/2001, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se prestarem esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos destinados à saúde, conforme os preceitos da legislação federal.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2001.

Marco Régis, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.704/2001

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Arlen Santiago, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Mandacaru, com sede no Município de Várzea da Palma.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa visa à prestação de serviços que contribuam para o desenvolvimento e racionalização das atividades agropecuárias de Mandacaru.

Procura, para a consecução desse objetivo, promover o transporte, o armazenamento, a industrialização dos produtos, bem como desenvolver programas de técnicas agrícolas destinados ao homem do campo para aproximá-lo das novas exigências do mercado.

Além do relatado, promove atividades sociais e culturais, oferecendo aos associados serviços de assistência médica, dentária, jurídica e auxílio educacional.

Pelo que foi dito, julgamos oportuno que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.704/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2001.

Chico Rafael, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.749/2001

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Ivair Nogueira, visa a declarar de utilidade pública a Associação SOS Rio Verde, com sede no Município de São Lourenço.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Fundada há mais de dois anos, a citada entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento. Presta relevantes serviços na área de preservação ambiental, incentivando as atividades que visem a melhorar as condições do rio Verde e as que venham beneficiar a população de São Lourenço.

Pelo que foi dito, julgamos oportuno que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.749/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2001.

Fábio Avelar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.765/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Agostinho Silveira, o Projeto de Lei nº 1.765/2001 visa declarar de utilidade pública a Associação Espírita Universalista Dr. Ismael - ASSEUNI -, com sede no Município do Serro.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma em que foi apresentado.

Dando prosseguimento à tramitação, compete agora a esta Comissão apreciá-lo conclusivamente, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Espírita Universalista Dr. Ismael possui como meta a prática da caridade por meio da assistência social. Também promove eventos culturais e oferece auxílio educação a estudantes necessitados, como exercício pleno de solidariedade e respeito ao próximo.

Para consecução do seu objetivo, congrega os filiados e seus familiares para recolher doações, que são repassadas às pessoas carentes.

Pela importância que representa o trabalho da entidade, é justo e meritório o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.765/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2001.

João Pinto Ribeiro, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.625/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.625/2001, de autoria do Deputado Amilcar Martins, que declara de utilidade pública a entidade Conselho Feminino da Perfeita União, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.625/2001

Declara de utilidade pública o Conselho Feminino da Perfeita União, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Feminino da Perfeita União, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.630/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.630/2001, de autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Canápolis, com sede nesse município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.630/2001

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Canápolis, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Canápolis, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.632/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.632/2001, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário do Pião, com sede no Município de Santa Rita de Caldas, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.632/2001

Declara de utilidade pública o Centro Comunitário do Pião - CCP-, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário do Pião - CCP-, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.633/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.633/2001, de autoria do Deputado Irani Barbosa, que declara de utilidade pública a Creche Comunitária Cristo Operário - CCCO -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.633/2001

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária Cristo Operário - CCCO -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária Cristo Operário - CCCO -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.638/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.638/2001, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública o Instituto Felix Guattari, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.638/2001

Declara de utilidade pública o Instituto Felix Guattari, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Felix Guattari, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.640/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.640/2001, de autoria do Deputado Bilac Pinto, que declara de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Alegria de Viver, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.640/2001

Declara de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Alegria de Viver, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Alegria de Viver, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.645/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.645/2001, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Chonin de Cima - ACOCCI -, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.645/2001

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Chonin de Cima - ACOCCI -, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Chonin de Cima - ACOCCI -, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - João Leite, relator - Bené Guedes.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.652/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.652/2001, de autoria do Deputado Amilcar Martins, que declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário Conviver do CAC Havaí, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.652/2001

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Conviver do CAC Havaí, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário Conviver do CAC Havaí, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.661/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.661/2001, de autoria do Deputado Mauri Torres, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos de Santo Antônio do Grama, com sede no Município de Santo Antônio do Grama, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.661/2001

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos de Santo Antônio do Grama, com sede no Município de Santo Antônio do Grama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos de Santo Antônio do Grama, com sede no Município de Santo Antônio do Grama.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.662/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.662/2001, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Pró-Vida, com sede no Município de Araguari, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.662/2001

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Pró-Vida, com sede no Município de Araguari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Pró-Vida, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.668/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.668/2001, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, que declara de utilidade pública a entidade Grupo Sempre Ativa, com sede na cidade de Lavras, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º

do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.668/2001

Declara de utilidade pública a entidade Grupo Sempre Ativa, com sede no Município de Lavras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Grupo Sempre Ativa, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.670/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.670/2001, de autoria do Deputado Ambrósio Pinto, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas - CERREVI -, com sede no Município de Itajubá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.670/2001

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas - CERREVI -, com sede no Município de Itajubá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas - CERREVI -, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.673/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.673/2001, de autoria do Deputado Ivo José, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço - AMVA -, com sede no Município de Ipatinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.673/2001

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço - AMVA -, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço - AMVA -, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator- João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.687/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.687/2001, de autoria do Deputado Arlen Santiago, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Rural de Pedras Grandes, com sede no Município de Várzea da Palma, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.687/2001

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Rural de Pedras Grandes, com sede no Município de Várzea da Palma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário Rural de Pedras Grandes, com sede no Município de Várzea da Palma.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.693/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.693/2001, de autoria do Deputado Sebastião Costa, que declara de utilidade pública a Fundação de Assistência ao Excepcional de Nova Lima – FAENOL -, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.693/2001

Declara de utilidade pública a Fundação de Assistência ao Excepcional de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Assistência ao Excepcional de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.694/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.694/2001, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Coluna do Rio Paranaíba, com sede no Município de Rio Paranaíba, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.694/2001

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Coluna do Rio Paranaíba nº 2.583, com sede no Município de Rio Paranaíba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Coluna do Rio Paranaíba nº 2.583, com sede no Município de Rio Paranaíba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.695/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.695/2001, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Esperança, Paz e Liberdade nº 2.763, com sede no Município de Abre Campo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.695/2001

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Esperança, Paz e Liberdade nº 2.763, com sede no Município de Abre Campo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Esperança, Paz e Liberdade nº 2.763, com sede no Município Abre Campo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.701/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.701/2001, de autoria do Deputado Sebastião Costa, que declara de utilidade pública a Associação de Artesãos, Artistas Plásticos e Produtores Caseiros de Cataguases e Região - CATART -, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.701/2001

Declara de utilidade pública a Associação de Artesãos, Artistas Plásticos e Produtores Caseiros de Cataguases e Região - CATART -, com sede no Município de Cataguases.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Artesãos, Artistas Plásticos e Produtores Caseiros de Cataguases e Região - CATART -, com sede no Município de Cataguases.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bené Guedes, relator - João Leite.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

297ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 23/10/2001

O Deputado José Braga* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, imprensa, senhoras e senhores: desafortunadamente, o Brasil nem sempre tem sido governado por pessoas que têm a visão ou o compromisso de construir um país para todos, um país que possa facultar estrutura própria para uma convivência harmoniosa e feliz, onde as pessoas possam ter garantia de seus direitos fundamentais.

Considerando o direito de ir e vir num país democrático, é de se imaginar que as condições de trânsito e transporte sejam, no mínimo, adequadas ao livre exercício desse direito. No Brasil, entretanto, a política de transporte, além de equivocada, tem mostrado a negligência, o descaso ou mesmo a irresponsabilidade de quem tem a obrigação de exercê-la.

Considero um lamentável equívoco que, em determinado momento de nossa história administrativa, tenha-se feito uma opção preferencial pelo transporte rodoviário, em detrimento de outros meios naturalmente mais adequados a um país tão grande e privilegiado pela natureza, como o nosso.

Temos, em nosso território, grandes e importantes rios. Apesar disso, desprezou-se o transporte hidroviário, e quase nada se investiu pela melhoria das calhas dos rios. O rio São Francisco, por exemplo, com o desenvolvimento energético, industrial e agrícola, vem sofrendo práticas predatórias que têm como consequência o assoreamento, que, por sua vez, impede o livre trânsito de embarcações capazes de transportar produtos e mercadorias a baixo custo. A verdade é que o transporte hidroviário se tornou uma prática histórica no Brasil.

Também o transporte ferroviário, além de não ter tido os cuidados necessários para seu avanço, foi terrivelmente sucateado. Muitas ferrovias foram abandonadas por serem consideradas anti-econômicas.

Como referi anteriormente, optou-se pelo desenvolvimento do transporte rodoviário, sem se levar em conta que o nosso País não possui petróleo em abundância, nem mesmo tecnologia para a fabricação de veículos, o que nos torna uma nação totalmente dependente de outros países.

Construiu-se, a duras penas, malha rodoviária gigantesca, mas insuficiente para atender à demanda do País. E é sobre isso que desejo falar, nesta oportunidade. Cada um de nós, naturalmente, visualiza o problema de maneira diferente, talvez de acordo com a região onde vivemos e desenvolvemos nossa consciência política.

Venho do Norte de Minas. Vivi e vivo o sonho de ver algumas cidades da região servidas por estradas pavimentadas e espero por essa realização desde quando decidi tentar uma cadeira nesta Casa. Entretanto, ao constatar a triste realidade, o sucateamento das rodovias brasileiras de modo geral, senti cada vez mais distante a realização desse desejo incoercível da população de minha região. À medida que o tempo passa, assistimos perplexos ao desgaste ou à quase destruição de nossas principais estradas, e nem por isso estamos vendo medidas efetivas para a recuperação destas, ou para conclusão das que foram iniciadas, algumas há mais de uma década. Diante disso, a probabilidade de construção de novas estradas é remota.

Em Minas Gerais, a duplicação da Rodovia Fernão Dias parece interminável. E o que dizer da BR-040, para o Rio de Janeiro? E a BR-381, no trecho que segue para o Vale do Aço e região leste, atingindo municípios importantes como Governador Valadares e Teófilo Ottoni?

A BR-135, que liga Montes Claros a esta Capital, é uma das mais preocupantes do Estado. Durante as últimas chuvas, chegou a ficar quase intransitável. Além disso, há anos esperamos ansiosamente o seu prolongamento no sentido Manga-Montalvânia.

Outra via cuja pavimentação é aguardada e necessária é a BR-367, no trecho que liga Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo e Virgem da Lapa, e que também, de acordo com o pensamento do atual responsável pelo transporte em Minas Gerais, ligará Diamantina a Porto Seguro, desde que se construa o trecho Almenara-Salto da Divisa.

A chamada Estrada da Produção, entre Montes Claros e Jaíba, finalmente está iniciada. Mas é incompreensível por que não se deu prioridade para o trecho Varzelândia-São João da Ponte, que tem apenas 30km. As obras de arte já estão prontas, e sua pavimentação ligaria importante cidade do Norte de Minas, Varzelândia, à malha rodoviária mineira, através da BR-135.

Também lentamente se constrói o trecho que ligará Bocaiúva à BR-367. Essa estrada tem a importância de ligar o Norte de Minas ao vale do Jequitinhonha, mas a obra está há muito tempo paralisada, um pouco abaixo de Olhos d'Água.

Portanto, diante desse cenário em que se encontram nossas rodovias, é urgente e necessário um esforço ou planejamento por parte dos Governos para a conclusão dessas obras. Só depois disso, poderemos voltar a sonhar com a pavimentação asfáltica de outras estradas importantes do Norte de Minas que ligam municípios como Rio Pardo de Minas, Ninheira, São João do Paraíso, Grão Mogol, São Romão, Lagoa dos Patos, Ubaí, entre outras.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Sr. Deputado, queria cumprimentá-lo por esse pronunciamento, que, na verdade, é uma síntese de todo o problema rodoviário de nosso Estado, principalmente da região norte-mineira. V. Exa. está sendo muito feliz em suas considerações, que retratam o real pensamento do povo mineiro com relação às estradas.

As rodovias federais devem merecer uma ação bastante incisiva por parte da bancada federal, principalmente agora, quando os Deputados Federais e os Senadores estão analisando as emendas das bancadas. Muitas delas deverão incidir sobre a pavimentação de estradas e sobre obras dessa natureza. As estradas estaduais devem merecer uma ação bastante contundente da bancada norte-mineira, principalmente no que diz respeito à análise de nosso orçamento.

Hoje pela manhã, analisei algumas solicitações feitas pelos Vereadores na reunião da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE, na qual V. Exa. estava presente. A grande maioria dos pedidos referia-se à pavimentação das estradas. Coincidentemente, o orçamento do

Estado para o ano de 2002 traz o programa de construção e de pavimentação das estradas estaduais, dispondo de um recurso de quase R\$400.000.000,00. É necessário que façamos uma reunião e que a bancada norte-mineira também se reúna para deliberar sobre algumas diretrizes, a fim de que possamos apresentar também o nosso parecer e as nossas solicitações ao Governador Itamar Franco, para o orçamento do ano que vem, com relação a esse importante programa. Convido V. Exa. para uma reunião urgente, porque o prazo para a apresentação de emendas termina no dia 6 de novembro. Esperamos contribuir com uma ação bem eficaz, mostrando o que precisa ser realizado em nossa região, diante desse programa mineiro de construção e de recuperação das nossas estradas. Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado José Braga - Agradeço a V. Exa. e, com prazer, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

É sabido que a falta de manutenção das estradas é um dos grandes responsáveis pelo alto índice de acidentes fatais em todo o País. Também se sabe que isso faz aumentar o consumo de combustível em cerca de 35% e faz aumentar também, em quase 40%, o custo dos fretes. Portanto a situação das nossas estradas faz aumentar o tão falado custo-Brasil. Além disso, o Brasil é um país de desempregados. A construção e a manutenção das rodovias, além de serem condições indispensáveis para o desenvolvimento da economia, ainda ofereceriam muitos empregos e, principalmente, maior segurança àqueles que pelas estradas trafegam.

Portanto, a lógica do desenvolvimento econômico determina a necessidade imperiosa de melhoria das estradas, e a lógica da convivência exige a construção de rodovias para atender às aglomerações que ainda não são servidas pelo asfalto.

Espero, sinceramente, que nossos governantes atentem para esse problema e incluam em seus programas de governo a busca de uma solução satisfatória para uma questão tão importante para o País e, de modo especial, para Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Pinto Ribeiro* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na manhã de ontem, compareci ao auditório do Minascentro, onde se instalava uma reunião do II Fórum Mineiro de Educação. Saí muito impressionado com a organização que a Secretaria da Educação, por meio do seu Secretário Murílio Hingel, vem realizando nesse setor.

Por isso, neste instante, além de relatar aquilo que presenciei, gostaria de congratular-me com o Sr. Secretário da Educação pela dedicação, pelo esforço, pelo zelo que vem tendo com a educação em nosso Estado. Pude verificar ali número imenso de educadores, todos motivados com a educação.

Participaram desse Fórum - que reuniu várias regiões do Estado - educadores, professores, famílias, alunos, municípios, todos buscando um diagnóstico, cujo objetivo é elaborar um projeto para regulamentar a educação no nosso Estado. Tenho certeza de que será um projeto de qualidade, porque vem das bases: da família, dos professores, dos alunos, dos especialistas, dos representantes dos municípios. Pelo que percebi, é um trabalho que vem sendo feito com muita harmonia, paz e entrosamento. Estão plantando algo muito organizado, sólido, para a educação em nosso Estado.

Mais uma vez pude perceber que o Secretário Murílio Hingel é homem de muitas atitudes, irrequieto, esperto, que gosta de trabalhar com educação. Gosta do que faz, por isso faz bem feito. Vi um grupo de especialistas e professores com fé, com esperança. Isso deixou-me animado com esse setor tão importante da vida de nosso Estado. A educação é um grande patrimônio, assim como os professores, os educadores, que estão trabalhando com entusiasmo para que possamos ter um sistema de educação organizado, produtivo, com escola de qualidade.

Saí daquele encontro com a melhor das impressões. Lá estava em meu nome pessoal, mas representando esta Casa estava o competente e eficiente Deputado Paulo Piau, que preside aqui a Comissão de Educação e que fez um pronunciamento em nome da Assembléia, com a competência e a credibilidade que tem, imagino, nos lugares por onde passa. Portanto, imagino que também teve a impressão de um trabalho honesto, sério, dedicado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte)* - Agradeço a concessão deste aparte. Gostaria de, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela lembrança feliz que traz a este Plenário e a toda Minas Gerais, por meio da TV Assembléia, quando relata o que vimos no Minascentro. Gostaria ainda de parabenizá-lo como membro da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia desta Casa, pelo interesse que demonstra pela área da educação, quando comparece àquele encontro com os professores, com os dirigentes, com a Secretaria. Portanto, quero manifestar minha alegria por ter um companheiro como V. Exa., que engrandece a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

Quero comentar, Deputado João Pinto Ribeiro, que o pronunciamento de V. Exa. tem um sentido especial, porque o que vimos ali, ontem, por parte desse grupo de educadores de Minas Gerais, foi um esforço e um entusiasmo muito grandes para ver as linhas mestras da educação bem definidas. Diria que a LDB nacional é marco importantíssimo na vida da educação deste País. Minas Gerais saiu à frente com a lei orgânica da educação, que poderia ser apelidada de LDB mineira. Somos uma bancada de oposição, mas nem por isso podemos deixar de elogiar o que é bem feito. Estamos felizes com a atitude da Secretaria da Educação, quando marca esse rumo para a educação no Estado. Com certeza, esse projeto virá para a Assembléia. Vamos ter de nos debruçar sobre ele para, se for o caso, melhorá-lo e contar ao povo o que está acontecendo com a educação. Tenho certeza de que V. Exa. será um defensor desse projeto, vai se debruçar em cima dele. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O Deputado João Pinto Ribeiro* - Gostaria de renovar meu reconhecimento pelo esforço e dedicação do Deputado Paulo Piau, tanto no setor de educação quanto nos demais desta Casa. Estava sentado no plenário daquele encontro, e o Deputado Paulo Piau fazia parte da mesa. Fiquei orgulhoso, quando falava em nome da Assembléia. Com sua firmeza, honradez e credibilidade, estávamos ali bem representados.

V. Exa. se refere ao rumo da educação. Percebo que há muitos órgãos sem rumo. Saí daquele encontro muito feliz, porque vi que a atividade de educação no Estado está conseguindo encontrar um rumo para a melhoria da qualidade e do conhecimento. Esse conhecimento pode mudar a história do nosso povo, da nossa família. Aqueles que têm oportunidade de conhecer mais podem interpretar melhor as coisas do desenvolvimento da nossa sociedade, podem ter mais idéias para sair das dificuldades em que vive o povo brasileiro.

Vou encerrar, mais uma vez, renovando minhas congratulações a todos os educadores que fazem o II Fórum Mineiro de Educação, particularmente à figura extraordinária de educador que é Murílio Hingel, que gosta do que faz, que faz com amor, com dedicação e carinho. Que bom que Minas tenha Murílio Hingel e um trabalho muito sério na área da educação! Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, pessoas presentes nas galerias, trago alguns assuntos ao conhecimento deste Plenário. Em primeiro lugar, parabeno os Promotores Rodrigo Anaia Gonçalves Rojas e Rodrigo

Souza de Albuquerque, que impetraram ação civil pública contra o Estado e contra a UEMG. Como continua aquela velha história de que o Estado não demonstra entusiasmo para fazer a absorção das nossas faculdades que optaram por fazer parte da UEMG, quem sabe, com a justiça se pronunciando, a lei seja cumprida. Nós, como Poder Legislativo, temos a missão de fazer a lei, mas a justiça tem o compromisso de fazer com que seja cumprida.

Um dos trechos dessa ação civil pública é: "2.3. Absorção imediata pela UEMG, do ponto de vista administrativo e econômico-financeiro, das unidades de Passos e de Ituiutaba, corrigindo, assim, os danos causados a esses 'campi', bem como a necessidade de absorção das demais fundações educacionais de ensino superior que fizeram a opção prevista no § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais".

Outro trecho diz: "Finalmente, com base no retro exposto, o Ministério Público requer:

3.4.1. a citação dos réus para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia;

3.4.2. a condenação do Estado de Minas Gerais a realizar a absorção das fundações que optaram por serem absorvidas e incorporadas pela UEMG, após a elaboração de pareceres pela UEMG, que são: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, de Diamantina, de Passos, de Lavras, de Varginha, de Divinópolis, de Patos de Minas, de Ituiutaba, de Campanha e de Uberaba".

Outro aspecto importante é a declaração da nulidade do credenciamento como centro universitário das seguintes fundações: Fundação Educacional de Lavras, Fundação Educacional de Patos de Minas e Fundação de Ensino e Pesquisas do Sul de Minas, de Varginha. Essas faculdades, por meio do Conselho Estadual de Educação, se transformaram em centros universitários. No entanto, sabemos que somente o Conselho Federal de Educação pode autorizar o credenciamento como centro universitário. Existe apenas uma solução para esse problema: a coragem do Estado para fazer, gradativamente, a absorção, principalmente das Faculdades de Passos e de Ituiutaba, que estão há bastante tempo preparadas para serem absorvidas pela UEMG.

Assim, parabéns, novamente, o Ministério Público, que busca, por meio dessa ação civil pública, o discernimento para essa questão. Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Murílio Hingel para que avancem na absorção dessas Faculdades.

Sr. Presidente, o segundo assunto que quero abordar diz respeito à Deliberação da Mesa nº 2.113, de 2001, que autoriza os funcionários dos gabinetes dos Deputados a viajarem recebendo a recompensa pela viagem. O Estado adota esse comportamento, pois os funcionários das secretarias e de outros órgãos viajam e fazem a prestação de contas. Portanto, a Assembléia não está inovando em nada.

Mas sou obrigado, Sr. Presidente, a me declarar contrário a essa medida. Esta Casa está passando por uma crise muito forte e não estamos vendo este Poder reagir ao escombros que fizeram da Assembléia Legislativa. Não podemos admitir que esta Casa tome nenhuma medida que trate de remuneração, que esteja relacionada a assunto de finanças, sem antes trazer a opinião pública para cá, para que possamos expor o que é o trabalho de um parlamentar.

Se a imprensa sabe o que é o trabalho de um parlamentar, não quis contar, quando se referiu à crise da Assembléia. E, se não sabe, deverá vir até aqui, juntamente com toda a sociedade, para que possamos lhes mostrar o quanto custa o trabalho de um parlamentar. Então, não concordo com o fato de tratarmos questões financeiras nesta Casa sem antes cumprir essa tarefa, que é mínima e pela qual a sociedade espera, porque o tempo não vai fazê-la esquecer a marca que ficou dessa crise. Então, ou esta Casa reage, chama a sociedade para cá e discute com ela com transparência, sem outros parênteses, ou vamos ter sempre, em qualquer medida que esta Casa tomar, questionamentos negativos feitos pela imprensa e, evidentemente, pela opinião pública.

Portanto, manifesto-me contrário a essa deliberação, não quanto a sua validade, mas quanto ao fato de que esta Casa está devendo à opinião pública satisfação por tudo que passou. Por isso também, não concordo, definitivamente, com o comportamento que a Mesa está adotando, de deixar o tempo esvaziar e apagar as mazelas que passamos. Na minha opinião pessoal, isso não se apagará, mas será lembrado até ao final do nosso mandato.

Na natureza, Sr. Presidente, tudo que é fraco sucumbe. De acordo com a sociedade brasileira, conforme pesquisa de opinião pública, 70% dos brasileiros querem a ditadura de volta. Assim, ou reagimos para mostrar que esta Casa tem algum valor ou vamos contribuir para a decadência, para a falência e - por que não dizer? - para a extinção do parlamento mineiro e dos parlamentos brasileiros, de um modo geral.

Mais uma vez quero deixar o meu apelo: vamos discutir a crise, sim; vamos chamar a sociedade para dentro deste Plenário e, olho no olho, dizer para todo o Estado de Minas Gerais o que é ser um parlamentar.

Para terminar, Sr. Presidente, queria manifestar também a minha decepção. Ontem, estávamos esperando o Secretário da Fazenda para discutirmos anistia fiscal. Tenho lido também na imprensa várias posições da sociedade como um todo e dos empresários sobre esse assunto. Hoje, uma anistia anual está sendo questionada pelo fato de favorecer pessoas que realmente não cumprem com o Fisco. Não sou contra a anistia, mas penso que deve ser resolvido o caso dos empresários. No entanto, como disse o Deputado Márcio Kangussu, temos de saber quais são as pessoas que vão ser beneficiadas e se já não o foram nos anos anteriores e estão voltando à fonte, exatamente porque sabem que todo ano poderão obter anistia.

Portanto, a não-vinda do Secretário da Fazenda a esta Casa deixa-me com a pulga atrás da orelha. Esperamos esclarecer de fato essa situação e que o Secretário traga a relação de todas as empresas e beneficiários da anistia. Esta Casa não tem condição de votar esse projeto sem contar para toda a sociedade o que o Governo está fazendo com essa anistia.

Então, fica a minha consideração e o meu apelo: se esse projeto for para a frente, que esta Casa não vote na pressão, atabalhoadamente, apenas visando ao décimo-terceiro, que é importante para o servidor. Acho que o Estado tem o dever e temos a obrigação de exigir que a Secretaria da Fazenda venha explicar a anistia, para que possamos dar o voto que seja bom para o Estado de Minas Gerais e, sobretudo, para a sociedade mineira como um todo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aconteceu de novo. Isso não devia nos surpreender, mas, mais uma vez, o Governador Itamar Franco, na falta de desculpa melhor para explicar seu fracasso, o fracasso do seu Governo, as improbidades administrativas, a falência do Tesouro Estadual; após praticamente três anos de ausência de governo, de qualquer ação governamental, de atitudes mesquinhas, de factóides, de falta de ações, de ausência total de obras no nosso Estado - cheio de denúncias de irregularidades, de falcatruas nesta administração -, vem com desculpas e manipulações, na tentativa de explicar o inexplicável, o redondo e absoluto fracasso do seu Governo.

Na verdade, o Governador Itamar Franco está apenas requeitando argumentos e mentiras que já foram ditas para esta Casa, por meio de um documento que, na época, foi intitulado "A Verdade sobre as Dívidas Herdadas", mas deveria se chamar "A Mentira sobre as Dívidas Herdadas". É um documento de março de 1999. O que o Governador, hoje, faz publicar em todos os jornais do Brasil - volto a dizer: não apenas na imprensa de Minas Gerais, mas em todos os jornais do Brasil - meia página de matéria paga com o dinheiro do povo mineiro, meia página de mentiras, que está intitulada "Nota de Esclarecimento: herança do Governo anterior e Governo Federal sufocam Minas Gerais". O Governador Itamar Franco teve a coragem de, mais uma vez, usar o dinheiro sofrido do povo mineiro, não apenas para nós, mineiros, mas para todo o povo brasileiro, respondendo dessa forma. A forma correta seria a vinda aqui de seu representante, do Secretário da Fazenda, convocado por esta Casa para prestar esclarecimentos, num debate democrático e franco, no estabelecimento do que é mais precioso na democracia, que é o contraditório. Isso, não. O Secretário da Fazenda foge desses esclarecimentos e, num gesto de desrespeito e de desconsideração para com esta Casa, para com todos os 77 Deputados, para com a instituição, um Poder independente, que é a Assembléia Legislativa, não comparece.

Isso não deveria nos surpreender, pois o Governador Itamar Franco já é um fujão contumaz, já fugiu dos debates ainda no 2º turno da campanha eleitoral, não comparecendo aos debates com o então Governador Eduardo Azeredo. Lançou, de mentirinha, um desafio para debater, e, de público, Eduardo Azeredo aceitou esse desafio, e Itamar Franco desconversou. Não quer debater coisa alguma, não tem preparo intelectual, não tem conhecimento do que acontece em Minas para debater. Volto a dizer: o ex-Governador Eduardo Azeredo continua pronto para um debate público nas televisões. Na televisão do Estado, TV Minas, hoje censurada para todos nós, da Oposição, a começar por Eduardo Azeredo, que está disposto a debater sobre essa matéria financeira com o Governador Itamar Franco, no momento em que quiser. Mas, pessoalmente, duvido, não vai debater coisa alguma.

Já em março de 1999, essas mentiras requeitadas hoje para todo o Brasil foram respondidas por nós neste modesto documento, em que respondemos a cada uma das inverdades.

Volto hoje a esta tribuna para, mais uma vez, responder a essas mentiras. São tantas que, se não houver tempo para responder a todas agora, voltarei, quantas vezes for necessário, a esta tribuna para desmascarar este homem que tanto mal tem feito a Minas Gerais. O Governador não vai escutar a minha resposta porque não está em Minas, está pelo Brasil afora, fazendo politicagem. De qualquer maneira, o povo, através da imprensa, da TV Assembléia e do registro nos anais desta Casa, vai ficar sabendo, mais uma vez, que respondemos a todas as mentiras do Governador Itamar Franco.

O primeiro esclarecimento é que se sabe que os Governos Estaduais e Municipais, naquele período de 1995 a 1998, pagaram preço muito caro pelo fim da inflação. No período inflacionário, bastava o Governo atrasar um ou dois meses o pagamento dos funcionários e aplicar o dinheiro para gerar receita e estabelecer o equilíbrio financeiro nos Estados. Isso acabou graças ao Governo do PSDB. Foi isso que aconteceu com o Governo Eduardo Azeredo.

Com relação à renegociação da dívida feita no Governo Eduardo Azeredo, ao contrário do que afirma esse documento mentiroso do Governador Itamar Franco, foi altamente benéfica para o Estado. O Governo Federal assumiu a dívida, a juros de 7,5%, em vez dos 40% que eram pagos naquela época. Esses juros da inflação eram diários. Apenas essa economia representou mais de R\$5.000.000.000,00 na diminuição, no abatimento da dívida do Estado junto ao Governo Federal.

Na verdade, o atual Governo Itamar Franco, depois daquela falsa moratória, daquele factóide político, acatou a renegociação e se beneficiou dela. Gostaria de lembrar que o Governador ratificou a renegociação e se beneficiou financeiramente, como no caso do recebimento dos créditos do FCVS. Agora, finge que foi renegociação prejudicial ao Estado.

Com relação à venda dos Bancos estaduais, foi atitude corajosa e de interesse público, porque saneou Bancos que há muitos anos não cumpriam função social, mas viviam de politicagem. No Governo Newton Cardoso, por exemplo, o CREDIREAL sofreu duas intervenções. Esses Bancos já funcionavam, há muito tempo, como Bancos comerciais comuns. Essa venda favoreceu o Estado, porque, com os recursos refinanciados, em 30 anos, solucionaram pendências históricas de mais de 25 anos. Como no caso do IAA e da SIDERBRÁS, que inviabilizavam o BDMG, que hoje está saneado e pronto para ajudar a financiar as atividades empreendedoras e industriais no Estado.

Foram criados fundos de previdência para os funcionários dos dois Bancos, num montante de R\$540.000.000,00, e foram pagos credores comuns da MinasCaixa que esperavam há mais de sete anos para receber esses recursos.

Os financiamentos internacionais que possibilitaram projetos de grande alcance social em Minas, como o SOMMA, o Jaíba, o PROSAM, o Pró-Qualidade são boas e grandes heranças. Quem dera que o atual Governo do Governador Itamar Franco deixasse financiamentos de longo prazo em condições tão favoráveis como esses que eu citei. Ao contrário, empréstimos já aprovados no Governo Eduardo Azeredo, junto ao Banco Mundial, de US\$170.000.000,00 para a modernização administrativa e de US\$165.000.000,00 para construção e melhoria de estradas no nosso Estado foram praticamente perdidos pela inoperância, pela omissão, pela incompetência e pela preguiça do Governador Itamar Franco.

Vamos a outro ponto. Com um déficit estimado para este ano de R\$1.000.000.000,00, as finanças públicas mineiras não estão saneadas. Esse era um compromisso de campanha do Governador Itamar Franco, como todos sabem. Apesar de o atual Governo ter recebido um reforço de caixa mensal de R\$175.000.000,00, ou seja, R\$90.000.000,00 por mês a mais em combustíveis, R\$25.000.000,00 em energia e R\$60.000.000,00 em telecomunicações, por causa do crescimento da receita de ICMS sobre esses itens. Um economista reconhecido internacionalmente, Raul Veloso, um dos maiores especialistas brasileiros em contas públicas, em entrevista recente à Rádio CBN, afirmou que a desvalorização cambial aumentou as receitas dos Governos Estaduais, especialmente de ICMS. A receita de Minas cresceu - pasmem, Srs. Deputados - de R\$450.000.000,00, no período do Governador Eduardo Azeredo, para mais de R\$750.000.000,00 por mês. Os próprios administradores do Estado anunciam isso. E não foi por mérito desta administração nem por esforço próprio, mas por causa do aumento do ICMS incidindo sobre combustíveis, eletricidade e telecomunicações.

Muito bem, apesar disso, o Tesouro do Estado está falido. O Governador não tem dinheiro para pagar a folha de funcionários. Hoje a folha começa a ser paga no Estado no dia 15 de cada mês. No Governo Eduardo Azeredo, ela começava a ser paga no quinto dia útil. O Governador Itamar Franco assumiu o compromisso de resolver isso. Ia começar imediatamente pagando de uma vez só. Hoje, a escala de pagamento dos funcionários do Estado começa no dia 15. Isso é saneamento? E o décimo-terceiro? Esse desespero do Governador com lei de anistia fiscal, numa atitude equivocada, estimulando os maus pagadores, penalizando os bons pagadores de impostos, isso é o desespero para gerar receita, apesar do aumento da receita.

O Governador Eduardo Azeredo pagou dívidas para trás, independentemente da sua origem. Quero lembrar que a dívida pública encontrada pelo Governador Eduardo Azeredo foi gerada não por ele, mas, na sua maioria - mais de 40% -, no período de 1987-1988, pelo então Governador Newton Cardoso, hoje Vice-Governador, grande amigo, companheiro e comparsa do Governador Itamar Franco. Que o Governador vá reclamar dele.

O Governador Eduardo Azeredo não aumentou, em nem um centavo, a dívida pública de Minas. Foi o então Governador e, hoje, Vice-Governador Newton Cardoso que o fez. A dívida do DER com construtoras não era de 108 milhões, mas, sim, de 90 milhões, ao contrário da mentira estampada no jornal. E a dívida deixada pelo Governador Newton Cardoso, em 1990, e paga pelo Governador Hélio Garcia, foi de US\$189.000.000,00. A dívida deixada pelo Governador Eduardo Azeredo foi de 90 milhões. A dívida do DER deixada pelo Governador Newton

Cardoso, hoje Vice-Governador do Estado, foi de US\$189.000.000,00. São muitas mentiras.

Termino minha fala com uma indagação: é esse o legado que o Governador Itamar Franco deixa para Minas? A criação de factóides, de mesquinhas, sua briguinha pessoal? É só isso que é capaz de fazer?

Governador Itamar Franco, comece a trabalhar, deixe a preguiça de lado, deixe de criar factóides, picuinhas, de cuidar de seus interesses pessoais. Governador Itamar Franco, vá trabalhar, preguiçoso!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Janaúba teve a honra de receber, na última quinta-feira, dia 18, a visita do Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício, e de sua equipe técnica, que ali estiveram com o objetivo de avaliar a possibilidade de Janaúba sediar uma diretoria regional de saúde, para atender à demanda da microrregião da Serra Geral.

O Secretário Carlos Patrício teve a oportunidade de visitar as obras inacabadas do hospital regional e também do hospital da FUNDAJAN.

A comitiva foi recebida pela Prefeita em exercício, Sra. Elizabete Batista, popularmente conhecida por D. Bete, que, juntamente com a sua assessoria, demonstrou grande interesse em fazer a parceria com o Estado para a implantação desse importante equipamento público-social, que vai ao encontro dos anseios do povo norte-mineiro, tornando Janaúba o pólo da saúde daquela comunidade.

Registro os meus agradecimentos à Prefeita em exercício pela atenção que dispensou ao Secretário e a toda a comitiva, da qual tive a honra de fazer parte.

Ressalte-se que me empenhei sobremaneira para que o Secretário da Saúde visitasse Janaúba, tendo, inclusive, apresentado requerimento nesta Casa a fim de que se priorizasse a instalação de DRS naquele município.

A visita do Secretário seria a oportunidade para que ele avaliasse as potencialidades do município.

Observando "in loco" a situação, o Secretário, de pronto, reconheceu que Janaúba está em condições de sediar a DRS, não só pela infraestrutura que o município oferece, mas também pelo alcance social que terá a sua instalação.

Essa luta não é só minha, mas de todo o povo norte-mineiro.

Janaúba encontra-se em uma posição estratégica. São muitos os municípios a serem beneficiados, que se encontram em um raio de 200km e que serão atendidos com maior rapidez e comodidade, já que não precisarão mais recorrer à cidade de Montes Claros, já congestionada com a grande demanda que possui.

Em nome do povo de Janaúba e municípios vizinhos, quero agradecer ao Secretário Carlos Patrício pela atenção que vem dispensando para acelerar a liberação dos recursos para a instalação da DRS e terminar parte do hospital, sobretudo no sentido de aperfeiçoar os serviços de saúde, dando prioridade àquela população tão carente de assistência.

Há muito os municípios da serra Geral e do alto rio Pardo esperavam essa ação do Governo do Estado, e essa atitude é a demonstração clara da preocupação do nosso Governador Itamar Franco de cumprir os compromissos de um Governo pautado pela seriedade e competência, um Governo planejado e que conhece os anseios do povo mineiro.

Meus agradecimentos, portanto, ao Secretário Carlos Patrício, e ao nosso Governador Itamar Franco.

Quero, também, registrar a presença marcante do Vice-Governador Newton Cardoso no último dia 19, que levou mais uma indústria para o vale do Jequitinhonha e para o Norte de Minas, precisamente para a nossa pequena cidade de Padre Carvalho.

É uma indústria que vai gerar 300 empregos diretos, utilizando a resina do eucalipto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa ação mostra mais uma vez o carinho e o respeito que esse grande homem público, Dr. Newton Cardoso, tem para com o povo do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha.

É um investimento que, com certeza, mudará a cara do município de Padre Carvalho, de Fruta de Leite e, praticamente, de toda a região do médio Jequitinhonha.

O Governo do Estado aos poucos vai resgatando a sua dívida social, combatendo o desemprego, ao contrário do Governo Federal, que está preso ao FMI e aos Bancos internacionais.

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero denunciar aqui o descaso do Governo Federal com as estradas do Norte de Minas.

Mal começou a chover, e a BR-135 já está praticamente sem condições de tráfego.

Os buracos colocam em risco a vida dos usuários, os desníveis favorecem o acúmulo de água, e o risco de acidentes torna-se cada vez mais preocupante.

Aliás, não é somente a BR-135, mas a própria BR-040, que liga BH a Brasília, pelo menos até o trevo de Curvelo, que é por onde mais ando, praticamente todo o percurso exige grande habilidade do motorista para estar trafegando em ziguezague, na tentativa de desviar-se de tantos buracos.

Fica, portanto, registrado o meu apelo aos órgãos do Governo Federal, ao DNER, ao Ministro dos Transportes, para que não continuem a tratar Minas Gerais com descaso, mas que priorizem a recuperação dessas estradas, pois é grande a quantidade de produtos transportados por elas e que chegam ao CEASA e às siderúrgicas, como o carvão vegetal, vindos do Norte de Minas e do Sul da Bahia.

E quem faz o transporte das mercadorias precisa ser tratado com dignidade e respeito.

Quero fazer aqui um apelo à nossa bancada norte-mineira, pois precisamos urgentemente nos reunir com o Ministro Eliseu Padilha e com o Dr. José Elcio, Diretor-Geral do DNER, para que visitem nossas rodovias, pois, nem bem começou a chover, elas estão intransitáveis. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no último domingo, o PMDB de Minas Gerais realizou convenções municipais em grande parte dos municípios mineiros, e foi o momento de reencontro do partido com suas bases e de sua reorganização, tendo em vista as próximas campanhas para Governador, Deputado, Senador e Presidente. A tônica em todos os discursos foi a de que o PMDB se está preparando para eleger o Governador Itamar Franco como o próximo Presidente da República. Ele, segundo nossas expectativas, vencerá as prévias de janeiro e sairá para uma campanha presidencial como verdadeira oposição ao desgoverno de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, domingo passado foi um dia de glórias e vitórias, e, em especial, quero parabenizar o Diretório Municipal do PMDB de Montes Claros, cidade onde tenho a honra de ser majoritário e onde duas chapas concorreram: uma liderada pelo comerciante Juvenil Maia, e a outra, pelo advogado Sebastião Vieira Filho, que recebeu a maioria dos votos e a incumbência de comandar os destinos de nosso partido em Montes Claros, nos próximos anos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, chamou-me a atenção notícia do jornal "Estado de Minas", publicada em sua edição de ontem. O jornalista Luís Ribeiro, da sucursal de Montes Claros, faz uma ótima matéria sobre o chamado Programa da Bolsa-Escola. Para os que não sabem, é importante lembrar que esse programa do Governo Federal foi implantado para destinar R\$15,00 por criança, em um máximo de três crianças por família, para que tais recursos incentivassem a ida à escola.

Em que pese a ser o valor irrisório, o programa é meritório. Apesar de nossas fortes oposições ao Governo FHC, temos de reconhecer que tal programa ajuda a tirar da linha da miséria centenas de famílias. Até agora, no Brasil, temos 3.099.071 famílias atendidas e, em Minas Gerais, apenas 315.595 famílias, segundo a matéria.

Na região em torno de Montes Claros, uma das mais pobres e sofridas do Estado, 12 dos 13 municípios ainda esperam pelo dinheiro: 714 famílias em Botumirim; 213 em Campo Azul; 686 em Capitão Enéas; 1.490 em Coração de Jesus; 380 em Engenheiro Navarro; 1.254 em Francisco Sá; 284 em Itacambira; 743 em Japonvar; 822 em Josenópolis; 402 em Lontra; 213 em São João do Pacuí; e 1.178 em Varzelândia; num total de 8.369.

Em Montes Claros, tomamos o conhecimento de que foi liberada a primeira parcela do auxílio referente à bolsa-escola.

Chamo a atenção dos nobres Deputados desta Casa, do Governo Federal, do Ministério da Educação e da Pastoral da Criança, porque o Ministério da Educação celebrou convênio com a Pastoral da Criança para que esta faça a fiscalização do sistema de distribuição. Das cidades do Norte de Minas, Montes Claros foi a única que já fez a distribuição.

A Prefeitura de Montes Claros fez essa distribuição de forma melancólica, aproveitando-se politicamente da distribuição dos recursos. No dia dessa distribuição, milhares de pessoas fizeram fila em volta da Prefeitura, cujo prédio tive a alegria de construir quando fui Prefeito da cidade. Pasmem os senhores e as senhoras, enquanto, por horas e horas, as crianças, as mães e as pessoas pobres ficaram quarentando ao sol quente, aguardando a liberação desses R\$15,00 por criança, num caminhão de som, a primeira dama do município, esposa do Prefeito, em campanha para Deputada, usando o microfone para dizer frases de efeito, pedia apoio político, dizendo que aquela verba era da Prefeitura e que foi bondade do Prefeito fazer a distribuição. É preciso fazer esse alerta, pois, na primeira cidade em que se faz a distribuição, já ocorreu esse aproveitamento político de baixo nível, que já não condiz com a atualidade. Não aceitamos que uma Prefeitura possa tirar proveito da desgraça de um povo pobre, que receberá R\$15,00 e que ainda terá de ouvir o discurso de uma candidata a Deputado. Temos de alertar a Pastoral da Criança e o Ministério da Educação para que isso seja evitado em outras cidades. Essa verba não é da Prefeitura, mas do Governo Federal. Trata-se de migalha que o Governo Federal distribui para incentivar as crianças pobres a continuar freqüentando a escola.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Janaúba já recebeu esse recurso, e a coordenação dessa distribuição ficou a cargo da CEF, que é o órgão oficial do Governo autorizado para distribuir os cartões magnéticos para as mães. Passada essa primeira fase, terão os dias marcados, diferenciados, para receber a verba. Não apenas Montes Claros, mas também Janaúba foi aquinhoadada com esse benefício, que está sendo muito bem visto pela comunidade.

Deputado Luiz Tadeu Leite, V. Exa., como membro integrante do Governo Itamar Franco, que já tem programa parecido dirigido a algumas cidades do Jequitinhonha, já que disse que R\$15,00 é migalha, poderia sugerir ao Governo do Estado que entre com uma contrapartida no valor de R\$5,00 ou de R\$6,00, para melhorar a vida de todas essas crianças que estão sendo beneficiadas, não apenas no Norte de Minas, mas em todo o Estado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Obrigado pela correção quanto ao fato de Janaúba também já estar recebendo a verba.

Com alegria, digo que algumas cidades do vale do Jequitinhonha já estão recebendo as verbas relativas ao Bolsa-Escola. Portanto, o Governo do Estado já está participando, antecipando-se ao Governo Federal, porque começou a pagar às crianças antes.

Volto a fazer um alerta ao Ministério da Educação e à Pastoral da Criança, porque, se a distribuição não for muito bem fiscalizada, Prefeitos inescrupulosos e candidatos irresponsáveis não de querer tirar proveito disso. A verba é pequena, e a paciência é curta. Não é possível que candidatos aproveitem desse momento de necessidade do povo para usar a verba do Bolsa-Escola para fazer politicalha e proselitismo eleitoral, fazendo com que esse benefício seja bondade e dívida do Prefeito, quando sabemos que essa verba é proveniente do Governo Federal. Fica a nossa advertência, porque essa verba, para ter a sua função, tem de deixar a população livre dessas manifestações de baixo nível no aspecto político-eleitoral. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 5 de março, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 1.422/2001, dispondo sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE -, que é a fusão da CODEVALE com a SUDENOR. Esse projeto teve a sua tramitação normal, recebendo várias emendas de parlamentares, todas elas pertinentes, até chegar a Plenário para votação. Mesmo tendo sido pertinentes e até necessárias, algumas emendas desvirtuaram o projeto, dificultando o funcionamento da autarquia, tão necessária para o desenvolvimento do Norte e do Nordeste de Minas. Durante a tramitação desse projeto, no exercício da Presidência da República, o nobre Deputado Federal Aécio Neves incluiu na área mineira da ADENE e da SUDENE, o vale do Mucuri, corrigindo antiga injustiça. Algumas das emendas aprovadas nas comissões, se aprovadas em Plenário, dificultarão a atuação do IDENE no tocante ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP -, uma vez que esses recursos, que deverão ser aplicados na área mineira da ADENE, já foram negociados com o Banco Mundial. Em face do exposto, estamos apresentando o Substitutivo nº 3, juntamente com o nobre

Deputado Gil Pereira, para fazer as devidas correções, a fim de que esse Instituto possa cumprir a sua finalidade, que é o desenvolvimento e o fomento das diversas áreas de produção dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e de todo o Norte de Minas, tendo como ponto fundamental que a área de abrangência do IDENE seja a mesma da ADENE, até mesmo para que possamos exigir do Governo Federal a aplicação de políticas públicas similares às que o Governo do Estado tem e também para que o Governo do Estado possa ter políticas públicas para uma área onde o Governo Federal já tem algumas ações.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que em breve votaremos novos critérios para a distribuição do ICMS. Se a União tem alguns diferenciais para a região da ADENE, o Estado em nenhuma hora e em nenhuma lei tem política pública diferencial para a área mineira da ADENE. Até mesmo por questão emblemática, é preciso que coloquemos um critério que beneficie a área mineira da ADENE.

Por tudo isso, solicito à Mesa, ao receber o Substitutivo nº 3, o seu apoio e o nosso encaminhamento para que seja votado em primeiro lugar e para que os outros substitutivos e as outras emendas fiquem prejudicados.

Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, queria, ao iniciar a minha discussão sobre o Projeto de Lei nº 1.422, do Governador Itamar Franco, que dispõe sobre a criação do IDENE, concordar com o Deputado Márcio Kangussu, quando diz que está havendo verdadeira descaracterização das propostas iniciais, porque o projeto recebeu muitas emendas. É um projeto específico para o Norte e o Nordeste na área de atuação da ADENE e da SUDENE. E hoje, por meio das emendas, praticamente está abrangendo toda a região Oeste e toda a Leste do Estado. Na verdade, as emendas poderiam ter sido poucas, beneficiando principalmente os municípios que estão passando por dificuldades, proporcionando e abrindo a perspectiva de alguns municípios poderem ingressar nessa região e fazer uso das benesses, dos benefícios e dos recursos que certamente advirão para o IDENE, por meio do Governo do Estado. Agora mesmo, o orçamento de 2002, que estamos analisando, prevê a aplicação de R\$86.000.000,00 do Tesouro Estadual na reativação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP -, e certamente a coordenação desse programa ficará a cargo do IDENE.

Estamos notando que o tempo está passando. O Governo Federal avançou ao criar a Agência de Desenvolvimento, substituindo a antiga SUDENE, e estamos perdendo muito tempo analisando esse projeto, que mais parece processo criminal, tal seu volume.

Resumo minha fala neste momento ao fato de que pretendo, juntamente com o Deputado Márcio Kangussu, agilizar ao máximo esse projeto de criação do IDENE. Se essa agência não for criada ainda este ano, correremos o risco de ver o Governo Federal alocar recursos na SEPLAN, na SUDENOR e na CODEVALE, sem que possamos transferi-los para programas como o de apoio ao pequeno produtor rural. E a Assembléia, ao invés de prestar grande benefício ao Norte e ao Nordeste de Minas, estará causando tremenda confusão e tirando a possibilidade desses municípios de utilizar R\$86.000.000,00 nas associações de produtores rurais, nos mais distantes grotões do Estado. Assim, teremos que carregar essa pecha de incompetentes e de burocratas, responsáveis por atrapalhar essas regiões.

O IDENE foi por nós idealizado há um ano e meio, quando sentimos que o Governo mexeria na SUDENE. Saímos à frente e apresentamos o projeto. Posteriormente, o Governo apresentou o seu projeto, ao qual o nosso foi anexado, mas garantimos avanços importantes, que trarão, certamente, benefícios inestimáveis ao Norte de Minas, como a criação da comissão permanente de combate à seca.

Estamos esperando que o projeto saia do papel. Não raras vezes, algum Prefeito, Presidente de associação e Vereador do Norte de Minas cobram-nos agilidade na discussão e na votação desse projeto, mas, infelizmente, todas as vezes que vem a Plenário, para podermos votar, discutir e dar resposta à sociedade norte-mineira, recebe emendas e substitutivos, voltando às comissões e desencadeando intermináveis sessões de discussões, audiências e reuniões especiais. Assim, cada vez mais, perde suas características e finalidade.

Quero dizer aos Vereadores norte-mineiros que, ainda nesta semana, tivemos importantíssima reunião, com a presença de mais de 500 Vereadores, e o que mais nos foi cobrado foi o estabelecimento de um cronograma de ação, para votar esse projeto e evitar o caos gerado pela perda dos R\$86.000.000,00, já constantes no orçamento do Estado para 2002 e que farão frente ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que é defendido pelo Governador Itamar Franco, pelo Vice-Governador Newton Cardoso e, com unhas e dentes, pelos mais de 80 Prefeitos do Norte de Minas, que terão acesso a esses recursos.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que agilize a tramitação desse projeto, tirando-o do limbo, para que possamos votá-lo ainda no mês de novembro, sob pena de termos a nossa responsabilidade colocada em xeque e de sermos lembrados pelos Prefeitos, pelos Vereadores e pelas associações por não contribuir para tornar esse projeto uma realidade. Sonhei com a reestruturação da antiga SUDENOR e da CODEVALE há um tempo e apresentei o meu projeto, que está transfigurado e descaracterizado. Infelizmente, a cada dia, a situação agrava-se e se complica mais. Esse projeto chegará a um ponto em que não poderá nem mesmo ser votado, tal a descaracterização que está sofrendo.

Faço minhas as palavras do Deputado Márcio Kangussu. Juntamente com ele, a partir deste momento, agilizaremos a votação deste projeto, evitando emendas. Muitas são feitas na última hora para atender aos cabos eleitorais e aos municípios que não têm relação com a região semi-árida mineira e que ficarão constantemente no IDENE, mas que, no plano do Governo Federal, estarão fora da Agência de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro. Contribuiremos para que esse projeto seja votado em tempo recorde.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, parabéns pelo discurso. Precisamos da compreensão dos nossos pares, para que esse projeto tramite com maior rapidez. Serão extintas a SUDENOR e a CODEVALE, e estão criando o IDENE, que precisa ser forte e com estrutura para podermos levar os recursos às nossas regiões, que são as mais carentes de Minas Gerais. Refiro-me ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha.

Deputado Carlos Pimenta, parabéns pelo trabalho em defesa do Norte de Minas. Estamos juntos na criação do IDENE. Apelamos aos Deputados: precisamos do IDENE rapidamente. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Faço coro com o Deputado Dimas Rodrigues e, em nome da nossa bancada, cumprimento V. Exa. pelo tema sobre o qual discorreu. É importante criarmos um órgão que poderá espelhar-se na experiência da SUDENOR, que sempre desenvolveu importante trabalho, tendo à sua frente o jovem e competente Sérgio Amaral.

Ao criarmos o IDENE, esta Casa, juntamente com o atual Governo, dará importante passo para preservar o nosso respeito por essas regiões. Ilustre Deputado, V. Exa., juntamente com o Deputado Dimas Rodrigues e outros, representam muito bem o Norte de Minas. Esse instituto reforçará o trabalho de V. Exas. Nós, Deputados, independentemente das regiões que representamos, devemos nos preocupar com essas regiões. Saliento a complexidade do Estado, repetindo as palavras de Guimarães Rosa, quando diz que Minas são várias. A Minas do Norte é diferente da do Sul, que, por sua vez, é daquela da região central. Por isso, precisamos de órgãos como esse, que possam diminuir essa heterogeneidade e essa complexidade, integrando Minas cada vez mais. O pronunciamento de V. Exa. e a votação desse projeto são muito

importantes. Parabéns, Deputado Carlos Pimenta. O discurso de V. Exa. representa o pensamento de todos desta Casa. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação dos Deputados Márcio Cunha e Dimas Rodrigues, a qual só veio fortalecer a nossa tese. Tínhamos uma superintendência que tratava da região mineira da SUDENE. Os projetos desenvolvidos na região mineira da antiga SUDENE o são em comum acordo com os projetos do Nordeste brasileiro. Com a extinção da SUDENE e a criação da ADENE, foi necessário extinguir também a SUDENOR e criar o IDENE, fundindo-se a CODEVALE com a SUDENOR, contemplando-se o Norte e o Nordeste de Minas Gerais. O projeto ficou numa situação tal, que todo o mundo entendeu que seria o responsável pelo desenvolvimento e pelo milagre de transformar outras regiões. Não é bem isso. O projeto é específico para essas regiões. Os programas do Governo Federal para essas regiões são carimbados para as cidades do Norte de Minas e do Nordeste. Não adianta querer colocar municípios de outras regiões que não estão em sincronia, que não fazem esse "feedback", que não estão ligadas ao Governo Federal, porque serão automaticamente excluídos. É importante que se diga isso.

Quando insistimos em dizer tudo o que está ocorrendo, alguns Deputados questionam o programa, dizendo que as características de determinadas regiões são as mesmas do Norte de Minas. Não adianta. O projeto é das regiões Norte e Nordeste. Não adianta querer descer pelo Leste do Estado, querer contemplar outras regiões, que são pobres, mas que precisam de projeto específico para elas. Estamos perdendo recursos. E não é só do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Estamos perdendo recursos do PRODETUR, que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste brasileiro. Temos R\$96.000.000,00 garantidos pelo Banco do Nordeste, que serão investidos nos circuitos do rio São Francisco, que começa em Pirapora e vai até o Município de Manga; o de Montes Claros, que contempla também a região de Grão-Mogol e Japovar; e o da região de Francisco Dumont e Santa Bárbara. São circuitos específicos, já discutidos. São recursos para Minas Gerais. Já perdemos tempo de mais. Presenciamos conflitos em Minas que atrapalharam, infelizmente, o nosso Estado. Já não podemos perder tempo nem recursos. É necessário que essa agência de desenvolvimento saia do papel. Não é questão de ser bonzinho ou não, de entender ou não a situação de outros vales, de outras regiões. O programa é nosso, é do Norte e do Nordeste de Minas. Não adianta querer colocar a região Noroeste nem a Leste do Estado, porque não encontram ressonância. Não podemos defender a inclusão desses municípios junto ao Governo Federal, porque constarão apenas no papel, não farão parte do rol de ações governamentais do Governo Estadual, nem do Federal.

É importante pedir aos Srs. Deputados que tenham a paciência e a compreensão de votar o projeto na sua forma original, com as modificações internas das regiões, tirando dele esses apêndices, essas solicitações de inclusão de outras regiões, porque não encontrarão respaldo junto ao Governo Federal. Serão medidas inócuas, emendas estéreis, que não acrescentarão absolutamente nada ao projeto original.

Quero, Sr. Presidente, pedir a V. Exa. que não encerre a discussão, porque, no final da minha fala, gostaria de saber se a Mesa, recebeu mais emendas, se vamos tentar votar esse projeto hoje ou no decorrer desta semana, para que possamos traçar uma estratégia de ação. A partir deste momento, o Deputado Carlos Pimenta que declarar sua fidelidade ao projeto original, que contempla o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha. Sem ter absolutamente nada contra as outras regiões, vamos ser contrários à sua inclusão no IDENE, ou seja, aquelas que não fazem parte da Agência de Desenvolvimento do Governo Federal, senão estaremos praticando a politicagem, querendo agradar a algumas pessoas, nada acrescentando a esse projeto. Que possamos ter uma discussão lógica, para que possamos traçar nossa estratégia.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, estava escutando sua fala no saguão. Acho que é preciso um pouco mais de urgência e agilidade na votação desse projeto, mas quero lembrá-lo de que a região do Mucuri está contemplada também. Toda a região da ADENE estará contemplada. O Mucuri entrou atrasado na ADENE, portanto, vai se beneficiar de qualquer recurso, de qualquer vantagem que possa vir para o IDENE. Tenho a certeza de que V. Exa. concorda com isso, porque as condições socioeconômicas do Mucuri e do Jequitinhonha são parecidas às do Norte de Minas. Fico feliz, quando sinto que o Mucuri, até que enfim, consegue entrar nesse órgão, que trará benefícios a essa região tão empobrecida do Estado. Tenho a certeza de que foi um lapso de V. Exa. Estou citando isso para que não haja dúvidas depois. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Concordo com a Deputada. A região do Mucuri foi incluída na ADENE, por meio do Governo Federal e do Congresso Nacional. Com toda justiça e direito, deverá fazer parte do IDENE. Mas estão querendo pegar todo o Leste de Minas. Daqui a alguns dias, chegarão a Juiz de Fora. Isso vai descaracterizar todo esse projeto, jogar por terra nosso trabalho. Temos de ser fiéis ao projeto original. Não adianta querer estender a outras regiões, pois não encontraremos respaldo, anteparo, socorro no Governo Federal. Surgirão apenas medidas políticas, sem respaldo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna para deixar registradas nos anais da Casa as nossas homenagens aos controladores de tráfego aéreo. A data comemorativa desses profissionais foi no dia 20/10, em que não houve sessão na Casa; assim, estamos hoje fazendo as nossas homenagens.

Os controladores de tráfego aéreo, também conhecidos por "Anjos da Guarda", de maneira anônima, conseguem fazer basicamente toda a economia nacional, toda a sociedade que, de modo geral, conduz os destinos e leva o desenvolvimento ao País por avião. São esses controladores de vôo, de maneira abnegada, corajosa e com muita competência, que têm provido o nosso País de segurança, quando conseguem manter o fluxo de tráfego aéreo de todos os aeroportos do País. Além disso, ainda provêm o nosso País da defesa aérea.

Estão vigilantes 24 horas por dia e muitas vezes não têm mais que dois segundos para decidir sobre uma instrução a ser dada. Rendo a esses profissionais as minhas justas homenagens. Tenho orgulho de fazer parte desse grupo maravilhoso, que só consegue um bom serviço pelo entusiasmo e pelo orgulho que têm no exercício dessa profissão, ainda que não reconhecida pela sociedade.

Repito sempre que, a cada ano, estarei lembrando isso, porque, de modo geral, a sociedade não tem reconhecido isso. No Brasil, os controladores de tráfego aéreo, civis e militares, não têm o suporte financeiro para exercerem a sua profissão. Nos países do Primeiro Mundo, na França, no Canadá e, se não me engano, nos Estados Unidos, é a segunda profissão mais bem remunerada, por causa da responsabilidade, da habilidade e do treinamento.

Para terem idéia, um controlador de tráfego aéreo, para estar exercendo uma função num controle de aproximação ou num centro de controle, necessita, no mínimo, de cinco a seis anos de formação. Não se forma um controlador de vôo antes desse período. O controlador de vôo passa pela escola militar, onde aprende toda a instrução básica e é designado para um órgão de controle, onde começa no controle de solo. Depois de um ano, assume uma torre de controle. Depois de um ou dois anos no exercício da torre de controle, desce para trabalhar no radar e, depois de um ou dois anos de experiência, pode fazer o curso de radar. Depois de mais um ou dois anos, está apto a operar como controlador de vôo por radar. É uma profissão extraordinária, mas, infelizmente, desconhecida na sociedade. Milhões de dólares são transportados por pessoas que administram grandes empresas, por políticos, empresários e também por pessoas simples, mas, de modo geral, quem se utiliza desse meio de transporte é a classe mais abastada, a classe dirigente. São esses que sequer têm noção de que uma falha de um controlador de vôo pode significar a morte de centenas de pessoas. Nossas merecidas e justas homenagens aos controladores de tráfego aéreo, de modo especial aos de Minas Gerais, que estão no Aeroporto da Pampulha, no Aeroporto Internacional de Confins, na torre de controle e no controle de aproximação. Ficam aqui registradas nossas justas homenagens.

Apresentamos requerimento, e a Casa encaminhará a esses órgãos de controle este registro que fizemos, com as devidas e justas homenagens.

Hoje, dia 23/10, é celebrado também o Dia do Aviador. São aqueles que fazem voar as aeronaves, que transportam o progresso e, de modo muito especial, os aviadores militares da Força Aérea Brasileira, aqueles que integram este País, que levam aos mais distantes lugares do nosso País, de difícil acesso, medicamentos, assistência médica, hospitalar e outros tipos de assistência necessária. Nossas congratulações a todos os aviadores. Fazemos isso com muita alegria. O nosso Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, sediado na Pampulha, tem prestado relevantes serviços a toda a sociedade mineira. O parque de material de Lagoa Santa tem prestado grandes e relevantes serviços ao Estado. Na pessoa dos dois Comandantes, queremos render nossas justas homenagens, deixando nosso abraço fraterno a todos os aviadores, não só aos militares, mas também aos civis, pelo belíssimo trabalho que desempenham. De modo muito particular, a uma pessoa que sempre está lembrando de nós, o Cel. Silva Lobo, Comandante do CIAAR. As nossas homenagens, com nosso abraço a todos os aviadores e controladores de tráfego aéreo.

298ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 24/10/2001

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores assistentes, telespectadores da TV Assembléia, ocupo a tribuna, em nome da Bancada do PSDB, para trazer a público a nota da bancada e do partido, distribuída ontem à imprensa, que se refere à publicação feita pelo Governador Itamar Franco a respeito da questão das dificuldades financeiras do Estado, na qual, de forma errada, em nossa concepção, acusa os Governos anteriores pelas dificuldades que enfrenta, tentando eximir sua administração dos problemas financeiros por que passa o Estado, como se ele, quando candidato ao Governo do Estado, não soubesse dessas dificuldades, para fazer as promessas que fez sem obrigação de cumpri-las. Agora, ao final do Governo, culpa o passado pelos insucessos do presente, como se não fosse o autor da moratória, que tumultuou a vida da Nação, isolando, no início de sua gestão, o próprio Estado. Hoje os frutos negativos estão sendo colhidos exatamente por quem provocou a moratória. Achamos por bem divulgar a nota do PSDB, que passo a ler em sua íntegra: (- Lê:)

"A propósito da matéria paga que o Governo mineiro fez divulgar pela imprensa, na data de ontem, com repercussões ainda hoje, sobre o déficit nas contas públicas, a Bancada do PSDB na Assembléia sente-se no dever de registrar o seguinte:

1 - O texto, que não esconde sua conotação publicitária, foi divulgado logo após ter o Executivo, na pessoa do Secretário da Fazenda, desconsiderado este parlamento de maneira acintosa, ao não atender ao convite para explicar o déficit estadual a esta Casa. Não seria mais idôneo que o Secretário aqui tivesse vindo apresentar seus argumentos? Suas explicações, mesmo que não convencessem, teriam merecido da mídia, gratuitamente, maior cobertura que aquela obtida pela matéria paga pelo Governo, à custa do contribuinte.

2 - Ao invés de tentar esclarecer por que as contas públicas, no corrente ano, apresentam déficit de R\$400.000.000,00 o Executivo prefere a saída mais cômoda e menos correta, qual seja: transferir a seu antecessor, o Governo Eduardo Azeredo, bem como ao Governo Federal, a responsabilidade pela situação calamitosa."

Como se o também o Governador Eduardo Azeredo não tivesse recebido heranças do passado, como se o mesmo não tivesse ocorrido a seu antecessor, como se o Governador Itamar Franco não fosse deixar, ao final do seu Governo, pesadíssima herança para seu sucessor. (- Lê:)

"3 - A herança que S. Exa. o Governador Itamar Franco alega ter recebido - e que seria a causa do desastre de sua administração - na verdade não se deve a compromissos assumidos a partir do Governo Eduardo Azeredo. Este, com efeito, herdou de seu antecessor, o atual Vice-Governador Newton Cardoso, herança ainda mais pesada. Nem por isso, entretanto, o Dr. Eduardo Azeredo cruzou os braços e lançou a culpa sobre o Governo anterior; ao contrário, empenhou-se em grandes realizações que contrastam com o imobilismo do Governo Itamar Franco. O atual ocupante do Palácio da Liberdade, aliás, sabia de antemão que o povo lhe estava dando seu voto para resolver uma situação difícil, e não para ouvir lamúrias.

4 - Vale, incidentalmente, formular algumas observações que o Governador não terá como refutar: 40% da dívida do Estado, recebidos pelo Governo Itamar Franco, foram contratados entre 1987 e 1988, no Governo Newton Cardoso; esse fato foi, aliás, confirmado pela então Procuradora-Geral do Estado na primeira fase da atual administração; a renegociação da dívida estadual, empreendida pelo Governo Eduardo Azeredo, garantiu ao Estado uma economia de R\$5.000.000.000,00, no valor da dívida flutuante recebida pelo atual Governo, este fez incluir, indevidamente, R\$1.200.000.000,00 que se referiam a débitos do IPSEMG e do IPSM, contraídos em Governos anteriores; tal fato foi e continua sendo omitido pelo Governo Itamar Franco.

5 - Recentes e reiteradas pesquisas eleitorais indicam que o Dr. Eduardo Azeredo está muito à frente dos candidatos governistas e outros eventuais candidatos, no processo sucessório para o Palácio da Liberdade. Isso significa que o povo mineiro reconhece as boas ações feitas no Governo Eduardo Azeredo, como também se vê pelos dados abaixo:

- em sua gestão, de 1995 a 1998, a economia mineira cresceu mais que a do Brasil, tanto é que nosso Estado passou, no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, do nível médio para o nível alto;

- no setor da saúde, a taxa de mortalidade infantil caiu de 30,8% para 17%;

- no setor da educação, o Governo Eduardo Azeredo investiu, em média, 45% de sua receita, enquanto a Constituição Federal prevê que o investimento mínimo deve ser de 25%;

- no setor das atividades produtivas, foram investidos R\$16.000.000.000,00 em 547 projetos para a implantação e expansão do parque industrial;

- na agricultura, conseguiu-se a total erradicação da febre aftosa;

- na reforma agrária, o Estado assentou 5.500 famílias, entre 1995 e 1998; nos dez anos anteriores, apenas 2.177 famílias foram assentadas;

- no setor energético, o atendimento nas áreas urbanas passou a 100% da população;

- no setor habitacional, finalmente, o Governo Azeredo desenvolveu o Programa de Mutirões da COHAB, com a construção de 5 mil moradias para a população de baixa renda.

6 - Poderíamos, ainda, apresentar dados significativos nos campos do transporte, cultura, ciência e tecnologia, entre outros, confirmando a excelente administração do Dr. Eduardo Azeredo. Sem mais nos estendermos, pediríamos ao povo mineiro que comparasse os dados acima com a inoperância do Governo Itamar Franco.

7 - A verdade é que o Sr. Governador, ao partir para a defensiva, tentando eximir-se da responsabilidade, nada mais faz que tentar confundir a opinião pública, para justificar o fracasso de seu Governo. Adotou ele o distintivo "Aqui Se Constrói um País", o que não deixa de ser irônico: para mal dos mineiros, aqui nada se faz além de se despenderem os recursos do contribuinte para garantir mirabolantes projetos de natureza pessoal e política."

Essa é a nota que a Bancada do PSDB e o partido, em Minas Gerais, emitem para o povo mineiro, a respeito desses fatos que estão a dominar a imprensa. É importante salientar que essas colocações feitas pelo Governo, pela imprensa, como matéria paga, ocorrem - e é preciso destacar isso - num momento em que o Governo é chamado a esta Casa para debater a questão financeira. O que faz o Governo? Omite-se, foge da discussão, não deixa o Secretário aqui comparecer para discutir com os parlamentares, com a televisão transmitindo ao vivo para todo o Estado, e prefere aquele debate que parece democrático, via imprensa, mas que não é, pois nele o Governo joga os dados que quer. O Governo joga com a força do Tesouro, com as notícias que quer perante a população, mas não aceita questionamento, porque quem lê e quer questionar não tem a quem procurar.

Se nós, parlamentares, não conseguimos falar com o Secretário, imaginem o povo, as empresas e entidades que querem discutir a economia de Minas. Então, o Governo foge do debate e cria falsa sensação de transparência, publicando matérias pagas na imprensa, quando, na verdade, o debate não existe.

Queremos convocar o Governo a um debate sério. Está em tramitação na Casa proposta de anistia com a qual estima suscitar arrecadação capaz de resolver seus problemas de caixa. Tramita também na Casa o orçamento do próximo ano. São bilhões e bilhões em discussão. E, neste momento, o próprio Governo afasta-se do debate, evitando discutir o assunto de forma transparente.

Está havendo um descaso para com o Poder Legislativo, e é preciso que a bancada do Governo nesta Casa tenha ciência desse fato, porque, se o Governo tenta desmoralizar a instituição por meio dessas ações, muito mais perde a bancada do Governo, já que, no ano que vem, haverá eleições. Nós, da Oposição, estaremos como estamos agora: cobrando pelo menos a oportunidade de debater, enquanto a Situação será cobrada pelo desastre que o Governo está causando neste Estado, cuja economia está em retração, totalmente desorganizada, sem ação concreta nem dados efetivos.

Hoje, tramita também nesta Casa pedido de aumento da suplementação de 2% para 8% do orçamento ainda em vigor. Fixamos o valor em 2%, mas, agora, no final do ano, o Governo tenta passar para 8%, sem nenhum debate a respeito. Por que esse salto a 60 dias do final do ano? O Governo quer suplementar o que não fez o ano inteiro? Há algo de confuso nisso. Se o Governo funcionou até agora com essa percentagem, qual é a necessidade de suplementação? Que mágica está nisso? É preciso esclarecer a situação para a opinião pública.

Se o Governo gasta dinheiro na imprensa, para fazer tais publicações, algo está por trás de tudo: não resiste a um debate sério e profundo sobre as questões econômicas de Minas Gerais, fugindo à luta e à transparência realmente democrática, quando se fala e se tem que ficar calado para ouvir o questionamento. Na imprensa, não há esse debate.

Aqui está nossa reação enérgica à forma como o Governo está conduzindo tudo isso e um alerta à sua base nesta Casa, composta de bons parlamentares, que estão sendo subjugados e maltratados por essa ação indevida, que coloca em dificuldade não apenas o parlamento, mas toda a vida mineira. De maneira enganosa para o povo, o Governo não permite que os Deputados fiscalizem suas ações, fazendo crer que o parlamento não cumpre com suas obrigações.

Nossos pedidos de informação não andam. Desde que o Governador encaminhou para cá o pedido de aumento da suplementação, protocolamos um pedido de informação para que o Governo informasse à Casa como os 2% dados por lei foram usados e como pretendia usar os outros 6%, mas, até agora, nenhuma informação foi dada. Os projetos estão em tramitação e daqui a pouco teremos que votar de qualquer jeito, na correria, pois, do contrário, não pagarão o 13º salário, e o Estado irá parar. Assim, com as premências à flor da pele, vota-se tudo de roldão, sem debate e sem discussão, e o Governo, com um embrulho, vai enganando o povo mineiro e jogando Minas no buraco.

Queremos um debate franco e democrático.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Caro Líder, Deputado Antônio Carlos Andrada, cumprimento-o pela sua manifestação sempre brilhante, clara, vibrante, repondo a verdade dos fatos para o povo. Estou aguardando a vinda do Secretário Trópia Reis a esta Casa, porque quero ouvir de sua boca se subscreve aquele documento falso, mentiroso, pago com dinheiro do povo. Quero saber se assina aquele documento.

O Secretário Trópia Reis é homem honrado, profissional respeitado, técnico que trabalhou no Governo passado. Durante dois anos foi Diretor do BDMG, no Governo Eduardo Azeredo. Quero saber se afirma que foi o Governo Eduardo Azeredo, como está naquele documento, o responsável pelo endividamento do Estado. A ex-Procuradora Misabel Derzi, neste Plenário, no dia 3/3/99, afirmou, peremptoriamente - está nos anais desta Casa -, que o Governador Eduardo Azeredo e o seu Governo não tinham responsabilidade por aquela dívida. O Governo Azeredo não acrescentou um único centavo ao valor da dívida. Quero ouvir do Secretário da Fazenda se manterá a postura de homem honrado ou se subjugará ao império da mentira do atual Governo do Estado. Quero ouvir da sua boca sobre a negociação da dívida feita pelo Governo passado: se foi prejudicial ou boa para o Estado, se atendeu às suas necessidades. Tudo isso quero ouvir dele, pessoalmente. Vou interpellá-lo com elegância, respeito, serenidade. Quero saber quem assina, porque existe logomarca do Estado, mas não há assinatura específica. Desconfio que aquele documento - se conheço bem o Secretário da Fazenda - não foi elaborado por ele. Quero saber se aquilo foi enfiado goela abaixo da equipe econômica do Governo, porque são tantas as mentiras! Quero saber se ele, que pertenceu ao Governo passado, que conhece bem Eduardo Azeredo e a sua equipe, vai apor a sua assinatura debaixo daquelas mentiras. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção de V. Exa., sempre brilhante e oportuna, que trouxe importante contribuição para a nossa fala. Tenho a mesma convicção. Esse documento, com certeza, não foi elaborado na Secretaria da Fazenda nem na do Planejamento. Deve ter sido no birô de campanha do atual Governo, porque aquilo é peça publicitária sem base técnica, tentando vender conversas e "blablablá" para o povo mineiro, enquanto esconde a realidade, quando não aceita debatê-la aqui. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, povo de Minas Gerais, a Assembléia está vivendo momento extremamente importante e tem de aproveitar este momento para dar algumas respostas às regiões de Minas Gerais, de maneira especial aos Prefeitos do nosso Estado, que esperam, principalmente para o ano que vem, ação conjunta desta Casa e dos Deputados na análise do orçamento do Estado para o ano de 2002.

Entendemos que o orçamento é enxuto e não permite maiores investimentos, uma vez que o Estado passa por dificuldades e não tem como aplicar volumes grandes de recursos no atendimento às diversas reivindicações e prioridades que estão sendo trazidas à Casa, aos Srs. Deputados e ao Governo. Mesmo diante das dificuldades, mesmo diante da impossibilidade de os Deputados apresentarem emendas generosas para investimentos em nossas regiões, deverá ser feita análise suprapartidária, em conjunto com as diversas bancadas, porque a Assembléia

tem essa obrigação e esse dispositivo constitucional para apresentar suas propostas.

Nós, da bancada dos Deputados norte-mineiros, tivemos, ontem, reunião com várias SREs. Nesta reunião, estavam presentes representantes das regionais de Montes Claros, Araçuaí, Pirapora e Curvelo. Foi-nos colocada a necessidade de se apresentar proposta para a área educacional que atenda a mais de 100 municípios que precisam de recursos para investimentos nesse setor, principalmente no aprimoramento de seus professores e na reconstrução e reforma da rede estadual de educação. É uma proposta diferente, fundamentada na necessidade dos municípios norte-mineiros.

Estavam presentes eu, o Deputado José Braga, o Deputado Luiz Tadeu Leite, o Deputado Arlen Santiago, o Deputado Gil Pereira e o Deputado Dimas Rodrigues. Resolvemos tomar uma posição corajosa, independente e de responsabilidade para analisar as propostas que nos chegarão e discuti-las com o Secretário da Educação, Sr. Murílio Hingel, para ver o que é possível ser feito, dentro das necessidades, para atender a essas diversas reivindicações. Baseado no que nos foi colocado, entendemos que deverão ser apresentadas emendas em conjunto, não só no setor educacional.

É preciso deixar de lado as colocações da grande imprensa mineira, que dizem que os Deputados estão na situação de "toma lá, dá cá", ou seja, conseguimos as nossas solicitações e, em troca, daremos apoio ao Governo deste Estado. Isso não é verdadeiro, fere, basicamente, todo o nosso senso de responsabilidade e vem de encontro à nossa atuação neste Legislativo.

Não é um "toma-lá-dá-cá". Temos de apresentar essas solicitações, principalmente em favor do Norte de Minas, região que, historicamente, sempre esteve em desvantagem. Infelizmente, houve um boicote às ações do Governo Federal naquela região: boicote à ajuda ao pequeno produtor rural. Quando estávamos na expectativa de anunciar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, infelizmente, para Minas Gerais, os recursos não foram liberados. As associações de moradores, as lideranças e as associações comunitárias rurais ficaram apenas na esperança de receberem os R\$86.000.000,00, tão necessários àquele Programa.

Quanto ao setor de atendimento viário, se for cumprido o que está escrito no orçamento, se tivermos a certeza de que o DER e a Secretaria de Obras terão acesso aos recursos orçamentários previstos, no próximo ano, Minas Gerais dará um salto muito grande no atendimento às nossas reivindicações em favor das estradas estaduais. Ontem, o Deputado José Braga falava com muita propriedade sobre a situação caótica das estradas, principalmente as do Norte de Minas.

Tenho em mãos dados de alguns municípios, muitos com mais de 20 mil habitantes. Apesar disso, não possuem sequer a via de acesso asfaltada. Por exemplo, São João do Paraíso, última cidade da fronteira de Minas Gerais, na divisa com o Estado da Bahia, há tantos e tantos anos está querendo vislumbrar uma luz no fim do túnel, depois de tantas promessas. Essa cidade está distante 70km dos grandes centros, da civilização. Em Governos passados, as máquinas chegaram a iniciar o serviço de terraplenagem. Infelizmente, logo após as eleições, as máquinas foram embora, deixando apenas a esperança e a ilusão na população daquele município. É necessário que São João do Paraíso seja atendida. A cidade de Varzelândia - que possui mais de 20 mil habitantes - já serviu de palco para que governantes e pretensos candidatos a Governador assinassem protocolos de intenção e projetos que nunca saíram do papel. Outro exemplo é a cidade de Matias Cardoso, que abriga a parte empresarial do Projeto Jaíba, município importante, situado às margens do rio São Francisco. Dentro em breve, será uma das maiores cidades do Norte de Minas. Precisa ter os seus 60km asfaltados em caráter de urgência, para que possa crescer e abrigar a parte empresarial do Projeto Jaíba.

A estrada Transfranciscana - que há mais de 20 anos está no papel - começa em Pirapora, passa por Ibiá, Ponto Chique e São Romão, fazendo a interligação com São Francisco, explorando o vale do São Francisco, e precisa ser colocada urgentemente na programação de obras do Governo do Estado.

Grão-Mogol, cidade histórica onde foi criada uma das primeiras paróquias do Estado e que emancipou muitas outras, precisa ter sua via de acesso asfaltada. E isso estava contido no Programa de Desenvolvimento do Turismo, que é outro blefe, outra enganação do Governo Federal, através do PRODETUR, que nunca chegou a ser concretizada. As cidades de Botumirim e Cristália também fazem parte desse vale do Município de Grão-Mogol. Francisco Dumont, cidade histórica e turística, recebe mais de mil visitantes por mês para explorar o parque de águas e suas belezas naturais, da mesma forma que Guaraciama, também próxima a Bocaiúva.

Portanto, essas são cidades que esperam ação concreta do Governo do Estado e do Governo Federal, e temos a grande oportunidade, a grande chance de poder, à luz do orçamento do Estado, aproveitando os R\$400.000.000,00 que estão destinados ao DER, em conjunto, atendê-las.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, queria colaborar com o discurso de V. Exa., já que foi citada a estrada de Matias Cardoso, região onde V. Exa. tem votação muito expressiva, naturalmente por causa do trabalho que lá realiza.

Por solicitação de algumas pessoas, recebi a incumbência de verificar a situação da referida estrada. Então, queria dizer-lhe que conversei com o ex-Secretário de Planejamento, Dr. Mauro Santos, e ontem mesmo voltei a falar com o Dr. Frederico. Não recebi informação oficial, mas o que se sabe e o que se diz é que o Governo já tem o dinheiro para fazer essa estrada, e até já deveria tê-la feito antes. O Secretário ainda mostrava certa euforia, dizendo que há males que vêm para o bem, pois houve a valorização do dólar, e os recursos vão ser repassados em dólar. Assim, já estão fazendo licitação para fazer a estrada, e o dinheiro vai dar, aliás, para fazer uma ponte. Falou sobre o Jequitinhonha, mas imagino que deve ser sobre o rio Verde.

Então, passo-lhe essa informação para que também continue a cobrar e tenhamos a oportunidade de realizar essa estrada.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte do colega norte-mineiro Deputado José Braga.

Na verdade, os recursos necessários para o asfaltamento da MG-401 e para a construção da ponte sobre o rio Verde são do Banco Mundial, contidos na parte empresarial do Projeto Jaíba. No dia 12 de novembro, se Deus quiser, o Governador Itamar Franco, juntamente com o Secretário de Planejamento, deverá se deslocar às cidades de Jaíba e Matias Cardoso para assinar a ordem de início do asfaltamento dessa tão importante e esperada estrada.

Fiz questão de acoplar ao meu pronunciamento a situação de Matias Cardoso.

No dia 12, o Governador Itamar Franco deve ir a Jaíba anunciar a continuação do asfaltamento da MG-401 e a ponte sobre o rio Verde.

Quero aproveitar tudo isso para mostrar que nosso tratamento com relação às emendas do ano que vem tem que ser diferente. Emenda parlamentar individual torna-se fraca diante de mobilização regional, que, por causa de nossa região, é necessária, importante e tem de ser feita, não apenas no setor educacional, mas também no de transportes. Temos outras opções, outros desafios e outro tipo de trabalho a ser feito, como por exemplo a eletrificação rural, que é o grande entrave ao progresso do Norte de Minas.

Teria que acabar o meu pronunciamento, mas meu tempo esgotou-se. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, gostaria de tornar pública a carta enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gudesteu Biber Sampaio, carta essa elaborada e assinada pelo Dr. Anthero Drummond Júnior, Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, do qual também fazemos parte como Conselheiro, representando a Assembléia de Minas Gerais. (- Lê:) "Belo Horizonte, 18 de outubro de 2001. Sr. Presidente, sirvo-me do presente para externar a V. Exa., a preocupação do Colegiado deste Conselho Estadual de Entorpecentes, demonstrada na última reunião plenária, dia 16 último, com a notícia de transformação da Vara de Tóxicos em vara criminal comum.

A experiência, haurida ao longo dos anos, tem demonstrado que, para o combate profícuo do narcotráfico, é imprescindível a especialização e integração das instituições, com a capacitação de seus membros e uniformização de objetivos.

Destarte, eventual pulverização da demanda dos feitos de tóxicos certamente favorecerá o avanço do tráfico na Capital mineira, conforme considerações feitas pelas autoridades policiais Federal e Civil em anexo.

É nesse contexto que, em nome do CONEN-MG, solicito não só a manutenção da Vara Especializada de Tóxicos, como também a ampliação de sua estrutura, para melhor prestação jurisdicional.

A propósito, a sociedade civil almeja tal desiderato. Tanto que, quando da realização do 1º Fórum Mineiro Antidrogas, no painel Sistema Integrado de Repressão a Entorpecentes, entre outras propostas foram aprovadas a de criação de um juizado de entorpecentes na Capital e de varas de tóxicos nas comarcas de médio porte.

Confiantes na sensibilidade de V. Exa., solicitamos a consideração a essa moção, em nome do interesse público, ao tempo em que permanecemos ao vosso dispor".

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, fizemos questão de fazer a leitura dessa correspondência, que foi entregue pessoalmente pelo Dr. Anthero Drummond. Acompanhando o Dr. Anthero, estávamos o Deputado Marcelo Gonçalves, ex-Presidente da CPI do Narcotráfico; o Deputado Rogério Correia, ex-relator da CPI do Narcotráfico; o Deputado Sargento Rodrigues, sub-relator da CPI do Narcotráfico; o Delegado Cláudio Dornelas, responsável pela Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal de Minas Gerais; o Ten.-Cel. Sócrates representando também a Polícia Militar, o Procurador de Justiça, Dr. André Estêvão Ubaldino, que militou por oito anos na Vara de Tóxicos como Promotor de Justiça, conhecedor do trabalho que é desempenhado nessa vara.

Sr. Presidente, a grande preocupação que temos - e posso falar pela experiência que tive exercendo a função policial, tendo efetuado a prisão de traficantes na RMBH - é que a extinção da vara de tóxicos pelo Tribunal de Justiça, no nosso entender, é um grande retrocesso. Quando realizamos, na Assembléia Legislativa, a CPI do Narcotráfico em Minas, fizemos um mapa, uma radiografia do narcotráfico em Minas Gerais.b

Verificamos que hoje o narcotráfico alavanca, no mínimo, 60% dos demais crimes. Muitos furtos que ocorrem é com o objetivo de trocar os objetos furtados por papéletes de cocaína ou pedras de "crack". Se ocorrem arrombamentos em veículos com intuito de levar os toca fitas e CDs é para serem utilizados como moeda de troca no narcotráfico. Muitas vezes, o furto e o roubo de tênis ou de mochila de marca de um estudante, na porta de uma escola, também é para conseguir moeda na troca por pedras de "crack" e papéletes de cocaína ou cigarros de maconha. Delinqüentes vêm praticando diversos crimes para obter drogas.

A Delegacia de Homicídios de Belo Horizonte registra que o índice estatístico de 60% dos homicídios praticados na RMBH e no Estado também são em decorrência da disputa pelo tráfico de drogas no Estado. Há também formação de quadrilhas de assaltos a Bancos com o intuito de se obter dinheiro para ser utilizado e ser alavancado pelo narcotráfico.

Entendemos que o narcotráfico é peça fundamental para que as autoridades constituídas tenham grande preocupação. Toda a sociedade organizada, através da OAB, das instituições que militam na recuperação dos drogados e instituições estão preocupadas com a questão preventiva na área educacional do Estado. Todos estão preocupados, mas fomos surpreendidos com a possibilidade de se extinguir a Vara de Tóxicos de Minas Gerais.

Estivemos com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gudesteu Biber Sampaio, que nos relatou as suas preocupações - e entendemos -; com a Vara de Tóxicos extinta, todos os processos seriam pulverizados nas outras varas e teríamos vantagem com a rapidez dos processos julgados.

Portanto, no nosso entendimento e dos Deputados Marcelo Gonçalves, Rogério Correia e outras autoridades que nos acompanhavam é o contrário, porque entendemos que deve continuar a existir. Já que estamos encontrando dificuldade para que a Vara de Tóxicos seja mantida, esperamos que o Presidente leve à Corte Superior do Tribunal a apreciação da criação de um juizado especializado no julgamento dos processos de tóxicos e entorpecentes no Estado.

Acreditamos que o ideal seria a criação de três varas nesse Juizado. Precisamos ter um juizado especializado para que se dê tratamento mais ágil a esses crimes, e a sociedade mineira tenha resposta no que diz respeito às condenações dos traficantes que tanto mal fazem à sociedade.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado Sargento Rodrigues. Quero parabenizá-lo por seu pronunciamento. Como V. Exa. já disse hoje, mais de 60% dos assassinatos e roubos envolvem o narcotráfico. Hoje ocorre um retrocesso. É um retrocesso acabar com a Vara de Tóxicos e Entorpecentes no nosso Estado. Não adianta diluir os processos de uma vara para 12 varas. Importante é a qualidade, e não o número de varas. O ideal seria termos três Varas de Tóxicos e Entorpecentes. Mas o Presidente do Tribunal de Justiça alegou falta de recursos para isso. Está aí o orçamento, e quero, desde já, solicitar aos pares desta Casa que coloquemos isso no orçamento, tornando uma realidade a criação das três Varas de Tóxicos e Entorpecentes em nosso Estado.

Deputado Sargento Rodrigues, mudando um pouco de assunto, com relação à reunião realizada hoje, na Comissão de Direitos Humanos, quero comentar o absurdo da atitude do Prefeito de São Geraldo com um Cabo e um Soldado da Polícia Militar. Porque ele é Prefeito, seu filho pode mandar e desmandar na cidade, fazendo "pegas" e dando cavalo-de-pau? O Prefeito foi omisso não vindo a esta Casa participar da reunião na Comissão de Direitos Humanos. Sabia que isso teria uma repercussão negativa. Quero deixar isso de público, em nome do nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Edson Rezende. O que o Prefeito fez não vai ficar barato. Bater na cara de um Cabo da Polícia Militar porque seu filho foi multado? Bateu três vezes na viatura da Polícia Militar com o carro da Prefeitura falando que é o dono da cidade. A era da novela acabou. Ele pensa que é o Félix Guerreiro da novela, mas a realidade em nosso País é outra. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte, nobre companheiro Deputado Marcelo Gonçalves, com quem tivemos a oportunidade de estar na Comissão de Direitos Humanos. Gostaria de agradecer o empenho de V. Exa. no que diz respeito à apuração de mais uma arbitrariedade em que a vítima, infelizmente, foi um Cabo da Polícia Militar. Através das duas testemunhas que compareceram à Comissão, o Edgar e o Sr. Ricardo, pessoas que vivem há muito tempo na cidade de São Geraldo, um fisioterapeuta e um advogado, foram confirmadas todas as denúncias que fiz desta tribuna referentes ao episódio dessa cidade, contra o Prefeito Sr. Benjamim Braga Lisboa. Além de não ter tomado providências contra seu filho por colocar a vida de pessoas em risco, transitando em alta velocidade com seu veículo na cidade, cometeu visivelmente, segundo o testemunho das pessoas que compareceram à Comissão de Direitos Humanos desta Casa nesta manhã, o crime de dano ao patrimônio público. Houve vontade deliberada do Prefeito de pegar o veículo oficial da Prefeitura, um veículo que não é dele, mas do povo, e bater três vezes na viatura da Polícia Militar. Fica claro aí o crime de dano ao patrimônio público, em que foi utilizado como objeto do crime outro patrimônio público, que é o carro da Prefeitura da cidade. Além disso, depois de desacatar os policiais com palavras e gestos, mandando-os tomar "naquele lugar", como relataram o Cabo e as testemunhas, desferiu um tapa no rosto do Cabo Marco Aurélio Soares.

Tivemos oportunidade de fazer um requerimento, e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa testemunhou o que falamos da tribuna, uma vez que lá compareceram pessoas idôneas. E as outras duas testemunhas só não compareceram porque estão sendo intimidadas pelo Prefeito Benjamim Braga Lisboa. Gostaríamos que ele se defendesse, uma vez que a oportunidade lhe foi dada, mas não compareceu porque sabia que não teria como explicar sua atitude incoerente, inconseqüente e absurda.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. O senhor sabe com quem está falando, Deputado? O senhor está falando com um cidadão que, por acaso, é Deputado Estadual, Edson Rezende. Essa forma de abordagem, sofrida pelo Cabo no momento em que notificava o filho do Prefeito - "Sabe com quem o senhor está falando?" - deveria ser banida de uma vez por todas. A Constituição de 1988 diz, pela primeira vez, que o cidadão encontra-se acima dos três Poderes, diante dos deveres humanos a que tem direito desde o seu nascimento. Precisamos acabar com essa questão de "sabe com quem o senhor está falando?". O senhor está falando com um cidadão como qualquer outro diante da lei. O dia em que mudarmos essa concepção errônea, estaremos avançando e teremos um outro País.

A Comissão de Direitos Humanos tomou essa questão como emblemática. Já tomamos nossas decisões, e o Deputado Durval Ângelo estará entregando, nesta sexta-feira, ao Comandante da região, em Ubá, o pedido de retorno do Cabo e do Soldado, solicitando a averiguação do caso e entregando ao Procurador Gilvan Alves Franco o caso a fim de que se faça uma avaliação, um inquérito, ou seja, todo o levantamento a respeito da questão que envolve o Prefeito. O Cabo foi transferido de sua cidade por estar cumprindo o seu dever. Essa é a grande contradição que a Comissão de Direitos Humanos não deixará passar em branco.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado Edson Rezende seu aparte.

Quanto ao primeiro assunto que abordei, relativo à Vara de Tóxicos, estaremos fazendo seu acompanhamento, com a apresentação da emenda orçamentária, visando a dar sustentação ao Tribunal de Justiça mineiro a fim de que crie o juizado especializado na área de tóxicos.

Gostaria de enaltecer o nome do Dr. Eli Lucas de Mendonça, DD. Juiz de Direito de Belo Horizonte, que está sendo promovido ao Tribunal de Alçada e esteve, por dez anos, à frente da Vara de Tóxicos, prestando excelente serviço. O Dr. Eli Lucas, como titular da 12ª Vara Criminal de Tóxicos do Estado de Minas Gerais, prestou grande serviço à população, sendo firme em suas decisões, contribuindo também para o combate ao narcotráfico.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, quatro assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. Parabênzulo o Deputado João Batista de Oliveira por seu Projeto de Lei nº 694/99, que dispõe sobre sanções às práticas discriminatórias contra pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Em meus seis anos de Assembléia, o momento mais bonito que vivi foi na Comissão de Direitos Humanos, quando fui relatora desse projeto do Deputado João Batista de Oliveira. Normalmente, na Comissão de Direitos Humanos, apenas discutimos cadeias superlotadas, pessoas que apanham, policiais que agredem as pessoas. Estamos sempre vendo o ódio, o desrespeito e o descumprimento à legislação. Mas, ao relatar o projeto, os grupos que representam a sociedade estavam pedindo muito mais do que a promiscuidade, como acham alguns segmentos da sociedade, estavam pedindo o direito ao amor, a uma vida respeitosa, o que falta a muito cidadão brasileiro. A nossa fala é em favor do projeto, não só com o voto, mas com a relatoria que fizemos, com a confiança que me foi dada pelo Deputado João Batista de Oliveira na condução de parte do processo desse projeto e também na sua coragem de assumir a representação desse movimento nesta Casa e estar numa luta pelos excluídos.

Sr. Presidente, quero agradecer aos colegas, porque estive fora do Brasil na semana passada, representando a Assembléia de Minas e do Brasil na Argentina, na Comissão do MERCOSUL. Lá, pudemos fazer conferência sobre o turismo como fenômeno social e como meio para relações com as pessoas. Se o MERCOSUL estava desprestigiado, depois do atentado aos Estados Unidos, o foco mudou. Passamos a compreender a necessidade da ampliação do MERCOSUL na América Latina, a necessidade da união. E como disse Domênico Demasio, a América Latina vive, talvez, um dos seus momentos mais importantes, porque está construindo o seu modelo de desenvolvimento. E, construindo um modelo de desenvolvimento adequado, pode romper com as mazelas que o capitalismo selvagem tem provocado nas economias do Primeiro Mundo. Por exemplo, no Governo de Bill Clinton, a população carcerária dos Estados Unidos dobrou, enquanto a economia cresceu como há muitos anos não ocorria. Então, apenas crescer e ter dinheiro não é o caminho mais adequado.

Tivemos a felicidade de o Brasil eleger o Presidente da União Parlamentar do MERCOSUL, na figura do Deputado Milton Flávio, de São Paulo, e também a Vice-Presidência, com o Deputado Milton Sander, de Santa Catarina. Minas Gerais ocupou a Secretaria-Geral na Diretoria anterior, com o Deputado Irani Barbosa, que conseguiu desenvolver um trabalho muito elogiado pela missão do Chile, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina. Também esta Deputada foi eleita Presidente da Comissão de Educação do MERCOSUL, e estaremos priorizando a juventude e a necessidade do intercâmbio entre as universidades.

Compreendemos que o conhecimento e sua maturidade sejam a forma mais branda e viável para efetuar a relação entre os povos neste momento.

Ocupo a tribuna também para informar ao Presidente e aos demais Deputados sobre minha recente viagem à Argentina, nos dias 18 e 19.

Agora trago um assunto que a alguns constrange, mas que, junto com o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, defendo, pois somos favoráveis à efetivação dos funcionários designados da educação. A justiça é "imexível" e existe desde que o homem começou a usar a sua inteligência e a enxergar a necessidade de viver em sociedade. A justiça é divina, e nela o homem tem de se mirar, mas a legalidade deve ser questionada, com vem acontecendo por meio das Propostas de Emenda à Constituição nºs 63 e 49.

Hoje, a Assembléia foi alvo de mais uma manchete: "A Assembléia Efetiva 480 sem Concurso", quando, na verdade, essa proposta de emenda à Constituição foi aprovada por esta Casa, que entendia a necessidade de fazer justiça, para o que lançou mão de um instrumento legal. Os sindicatos dos servidores estiveram aqui, trabalhando junto conosco e defendendo a proposta, que, na época, tinha o nº 39 e virou a Proposta de Emenda à Constituição nº 49. O Presidente Antônio Júlio comprometeu-se a fazer um estudo para que o segmento da educação também

fosse contemplado, uma vez que ficou fora da Proposta de Emenda nº 49.

Hoje, havia um compromisso de o Presidente de reunir-se com os Líderes, para marcarmos a data da votação em 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, mas, infelizmente, ele não pôde estar presente. Entretanto, comprometeu-se comigo que, no dia de amanhã, o faremos. Clamo ao Presidente e aos Líderes da Casa que coloquem em votação na próxima quarta-feira, dando um prazo de seis dias pelo menos para que os designados da educação, que hoje somam mais de 120 mil pessoas, possam estar presentes nesta Casa.

Esse movimento está crescendo graças aos Deputados e à adesão de tantas pessoas que não estão conseguindo passar nesses concursos draconianos, em que, por exemplo, os portadores de deficiência visual tiveram provas orais, e não em braile. Será que irão trabalhar com a voz, ou será com sua inteligência, por meio de seu instrumento de trabalho, o braile? O edital também não dá garantia de nomeação. Há uma série de erros cometidos.

Alguns sindicatos têm afirmado que os Deputados favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição nº 63 são contrários ao concurso público, mas isso não é verdade. Sou funcionária pública favorável ao concurso público e dele defensora, mas não posso compactuar com essa política de décadas do Estado, uma vez que temos funcionários de até 35 anos que trabalham sem ter seus direitos garantidos.

O Estado descumpriu a Constituição ao permitir tal situação, porque o prazo aceitável foi ultrapassado e descaracterizada a eventualidade da designação. Em nome dessas pessoas, peço apoio dos sindicatos para beneficiarmos seus colegas de trabalho.

Alegria maior, Sr. Presidente, tive hoje, quando fui procurada pela nobre colega Deputada Maria José Haueisen, do PT, dizendo que estão trabalhando num substitutivo para a minha emenda, melhorando-a, estruturando-a, adequando-a para que esse grupo de pessoas também possa ter os seus direitos garantidos e a sua vida preservada. Agradeço o apoio da Deputada, que, como professora, é favorável ao concurso, mas não podemos fechar os olhos para essas pessoas, esses cidadãos que trabalham, que lutam.

Entristeci-me ao ouvir o Secretário da Educação pedir aos professores que entrassem pela porta da frente. O Secretário Murilo Hingel representa o Governador Itamar Franco no que diz respeito à educação, então, por que todos os dias esse Governador publica no "Minas Gerais" a efetivação de 18 mil pessoas beneficiadas com a Proposta de Emenda à Constituição nº 49? Por que é diferente o olhar para a educação?

O Secretário foi muito infeliz na sua fala. Será que a cada 5, 10, 15, 20 anos de serviço que essas pessoas prestam na área de educação, quando o Estado convoca a Professora, o Servicial, o Auxiliar de Secretaria para trabalhar para o Estado, entram pela porta dos fundos? Será que é pela porta dos fundos que convocam todos os anos esses servidores para trabalharem nesta Casa?

Deixo esta reflexão dizendo que a decisão de colocar na pauta do dia para votação é competência do Presidente da Casa. Estamos indo todos os dias atrás do Presidente da Casa, principalmente com a parceria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, para que coloque a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 em votação. Vamos votar no 1º turno. Teremos ainda mais duas etapas, teremos o processo de discussão do 1º para o 2º turno, teremos a segunda votação, quando erros poderão ser corrigidos e, quem sabe?, a partir da primeira votação possamos ter um modelo que venha a atender a todas essas pessoas que trabalham há tanto tempo, a essas pessoas que estão passando no concurso, para as quais o edital não garante nomeação. Então, não dá para falar se se vai nomear ou não. Quero ver para crer, lá na frente.

Queremos que todos sejam respeitados. A busca dos planos de carreira, da valorização do servidor, é um trabalho de todos nós. Não podemos deixar que o Estado simplesmente cuspa esses funcionários que há tantos anos trabalham e lutam, que têm a sua vida já toda encaminhada. São pessoas com 50 anos de idade, das quais ouvimos declarações de que se não tivessem tido essa oportunidade há 15 anos teriam buscado outro rumo na vida. Mas, agora, o que vão fazer?

É justo pensar em indenização, mas indenização não responde pela garantia de vida, pela aposentadoria dessas pessoas. Façamos desta uma Casa que sempre terá prioridade na busca da justiça, porque o instrumento da legalidade está nas nossas mãos.

Agradeço aos Deputados Federais Fernando Diniz e Danilo de Castro, que estão encaminhando proposta de emenda Constitucional que trata dessa questão específica dos funcionários designados, obrigando que a cada três, quatro ou cinco anos - estamos buscando a medida certa - os Estados efetuem os concursos, com direito de nomeação. Vemos aí a possibilidade de 80, 90 mil famílias e funcionários - não estamos falando de 500 nem de 1.000, tampouco dos 18.000 que já estão sendo beneficiados - terem justiça. Lutamos por ela e vamos priorizá-la. Obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

299ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/10/2001

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, pessoal das galerias, telespectadores da TV Assembleia, estamos às vésperas da comemoração do Dia do Funcionário Público e quero, nesta oportunidade, registrar minhas congratulações e manifestar o apreço que devoto a essa laboriosa categoria.

São eles as engrenagens que movem o serviço público nas três esferas do poder e que garantem aos cidadãos a atenção que esperam dos órgãos do governo.

São eles entre o cidadão e o poder público, conciliando interesses, às vezes, conflitantes entre uns e outros, resguardando sempre a legalidade e os princípios que norteiam a administração pública.

Venho convivendo, no exercício da atividade parlamentar, e especialmente no período de dois anos em que integrei a Comissão de Administração Pública, com muitos servidores; tomei conhecimento das suas dificuldades e reivindicações e tive a oportunidade de me posicionar ao lado de vários deles e, entre vários, cito como exemplo os funcionários da extinta MinasCaixa.

Venho acompanhando as ações do atual Governo do Estado, que aos poucos resgata a dignidade do funcionalismo que acumulava perdas expressivas em seus direitos.

Nesse sentido, foi corrigida uma grande injustiça antes praticada em prejuízo dos funcionários da extinta MinasCaixa e dos ocupantes dos cargos de direção superior.

Falta muito ainda, mas com a disposição do Governo Itamar Franco, do Secretário de Recursos Humanos e Administração, Mauro Santos Ferreira, muito poderá ser feito.

Há servidores que precisam muito da liberação de verbas retidas, há aposentados da Secretaria da Educação sendo convocados a reassumir as funções, há demora na concessão das aposentadorias.

Felizmente, já se acha em via de solução definitiva a situação dos servidores em função pública, uma distorção que preocupava a todos.

Enquanto titular da Pasta da Administração, o atual Secretário do Planejamento, Dr. Frederico Penido, se mostrou extremamente sensível aos apelos do funcionalismo, tendo iniciado um diálogo proveitoso e de resultados positivos.

Espero que cada vez mais sejam valorizados os servidores públicos e que sempre mais sejam realçadas as suas qualidades.

Quero manifestar a minha admiração especial pelos servidores deste Legislativo. Não obstante a reconhecida complexidade de suas tarefas, são sempre solícitos, amáveis, altamente capacitados, dedicados, leais, atenciosos.

Muitas vezes as peculiaridades da nossa atividade parlamentar exigem uma pesquisa a mais, uma jornada prolongada, um esforço não previsto. Em tudo, contamos com eles, sempre de boa vontade e com muita responsabilidade.

A todos, o agradecimento muito sincero e as homenagens pelo seu dia.

Finalmente, quero deixar uma palavra de afeto aos funcionários da empresa que terceiriza os serviços gerais nesta Casa. São eles que nos proporcionam o conforto do ambiente limpo, do bom funcionamento dos equipamentos que utilizamos no dia-a-dia.

Constituem, assim, parte importante do nosso trabalho. São pessoas simples que, como a maioria dos trabalhadores brasileiros, tentam equilibrar o orçamento e garantir uma vida digna.

Constrange-me, todavia, verificar que, mesmo estando lado a lado com os servidores da Casa, não podem ter acesso aos mesmos direitos, especialmente no tocante à assistência à saúde. Gostaria de sugerir, nesta oportunidade, à Direção-Geral da Assembléia Legislativa, a realização de estudos urgentes com vistas à melhor integração desses servidores em nosso convívio.

Gostaria muito que lhes fosse assegurado um tratamento condizente com os princípios que orientam este Legislativo, de uma prática humanista e democrática.

Que lhes seja franqueado pelo menos o atendimento de emergência e que, dentro de uma política moderna de recursos humanos, seja promovida, por atividades extra-laboriais conjuntas e outros meios, a integração desses servidores na Casa.

É já com esse propósito que estendo a eles meus cumprimentos e os melhores agradecimentos pela sua valiosa colaboração.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero reafirmar meu reconhecimento, e agradecimento aos funcionários públicos dos três Poderes, especialmente aos funcionários que nos atendem aqui na Assembléia Legislativa, em todos e em qualquer cargo.

Dedico ainda uma homenagem aos funcionários terceirizados, que nos prestam serviços importantes, e, embora pareçam ser de uma simplicidade maior, também são merecedores do nosso respeito. Quero dizer que tomei conhecimento de que, por não serem funcionários diretos da Assembléia Legislativa, estavam sendo lesados em alguns de seus direitos, inclusive, da Constituição Federal, principalmente no que tange à assistência à saúde.

Quero solicitar à Direção-Geral e à Mesa desta Assembléia que olhem com carinho essa situação, permitindo maior entrosamento entre eles e os Deputados. Esperamos que lhes sejam dados o direito, pelo menos, à assistência à saúde quando necessário.

Não poderia terminar a minha fala sem dirigir uma palavra aos funcionários da Fazenda do Estado, que se encontram em greve há vários dias. Estamos solidários e empenhados na solução das divergências, buscando o caminho do entendimento e a solução para suas reivindicações. Temos ouvido os dois lados e procurado ser essa ponte, ou uma pessoa a mais para somar na solução dessas dificuldades, que fizeram com que esses funcionários apelassem para uma greve. É um direito constitucional, mas que sempre nos deixa preocupados.

Ao terminar a minha fala, quero dizer que vamos continuar buscando solucionar essas dificuldades, para que todos voltem ao trabalho e possam continuar a dar de si todo o conhecimento, toda a capacidade e toda sua competência, a fim de que a nossa Secretaria da Fazenda e o Governo do Estado possam arrecadar, ainda mais, do seu trabalho. É do conhecimento de todos nós as dificuldades financeiras pelas quais passam o Estado de Minas.

Estamos entendendo as reivindicações. De um lado e de outro, divergências estão sendo superadas, e temos certeza de que, no tempo mais breve possível, teremos a solução dessa greve que tanto preocupa a todos. Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta é a minha fala na tarde de hoje. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, imprensa presente, telespectadores da TV do Legislativo, tenho o orgulho redobrado e diria até mesmo remoçado de estar aqui hoje nesta tribuna para tratar de um assunto que foi objeto de divulgação da imprensa nos últimos dias, especificamente no dia 17 deste mês: nós, no Bairro Caetano Furquim, divisa com Sabará, juntamente com o nosso Governador Itamar Franco, nosso Vice-Governador Newton Cardoso, com o Presidente da COPASA, com o Prefeito de Sabará e tantas outras autoridades, inauguramos a ETE Arrudas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no ano que vem faço 20 anos de parlamentar mineiro: 16 anos como Vereador e 4 como Deputado Estadual. Talvez muitos dos Srs. Deputados não saibam que, na verdade, a inauguração da ETE Arrudas tem que ser vista não apenas como uma conquista do povo mineiro, mas especialmente como a realização de um sonho de muita gente. Um sonho de Belo Horizonte, de Minas, do Brasil, mas, acima de tudo, um sonho especialmente da região leste da nossa Capital.

No início da década de 80, elegendo-me Vereador por Belo Horizonte, estabeleci uma prioridade em meu mandato. Fui testemunha viva de pessoas que se foram nas águas do Arrudas, exatamente na região leste da cidade, na ponte da Rua Felipe Camarão, no Bairro Esplanada. Lembro-me como se fosse hoje da famosa enchente de 3/1/1982, quando ali perdemos vizinhos, quando perdi também uma aluna chamada Andrea. Naquele dia fiz um juramento para mim mesmo: que o meu mandato estaria a serviço daquela comunidade e que nós iríamos, naquele momento, estabelecer a prioridade da canalização do Arrudas da Ponte do Perrela para baixo, a extinta Ponte do Perrela. Naquela oportunidade, no início da década de 80, tínhamos os recursos garantidos para a canalização do ribeirão Arrudas apenas no centro da cidade, mas não para a região leste da cidade. Aquela região transformava-se num verdadeiro canhão hidráulico, já que a canalização do rio na área central da cidade, levaria, sem dúvida alguma, como levou, a destruição e a dificuldade para as pessoas que viviam às margens do ribeirão Arrudas. Portanto, mais especificamente em 1983/1984, lançamos o movimento S.O.S. Arrudas, que tinha o objetivo de levar a canalização do Arrudas até o Bairro Caetano Furquim, transpondo o Município de Belo Horizonte. Felizmente, esse movimento foi vitorioso.

Agora, saio do início da década de 80 e passo para o início da de 90. Quando já tínhamos certeza da canalização até o Bairro Caetano Furquim, lançamos, através do seminário Despoluição do Arrudas, a necessidade de despoluirmos o ribeirão do Arrudas. Fizemos esse seminário, envolvemos toda a comunidade mineira, todos os ecologistas e ambientalistas. Naquela oportunidade, aliás, consagrei como cidadão honorário de Belo Horizonte o paisagista Roberto Burle Marx.

Nós o trouxemos a Belo Horizonte, quando estive em reunião conosco, almoçando no mesmo local em que no dia 17 passado inaugurávamos a ETE Arrudas. Para nós, mineiros e brasileiros, comemorar esse feito, é a realização de um grande sonho. Fiz questão de trazer tudo por escrito para que fique gravado nos anais da Casa que estamos aqui comemorando importante conquista do povo. Ao canalizarmos e despoluirmos o ribeirão Arrudas, estamos, na verdade, despoluindo o rio das Velhas, que, por sua vez, despolui o rio São Francisco, rio da Unidade Nacional que percorre cinco Estados. Esse ato do Governador Itamar Franco, juntamente com o Vice-Governador Newton Cardoso, favorece Minas e o Brasil.

No dia 17 deste mês, juntamente com outros colegas desta Assembléia Legislativa, tive a honra de participar da solenidade de inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto de Belo Horizonte. Naquele dia, o Exmo. Governador Itamar Franco, o Dr. Marcelo Siqueira, Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, e outras autoridades importantes de nossa cidade e Estado também puderam comemorar a conclusão da primeira etapa dessa grande obra do Governo de Minas, na qual foram investidos mais de R\$80.000.000,00 com recursos da própria COPASA e do BDMG, que também financia outras ETEs no interior do Estado. Recentemente, estivemos em São Roque de Minas, quando comemoramos os 500 anos da descoberta do rio São Francisco, onde o Sr. Governador também lançou a ETEs dessa cidade.

Segundo o Presidente Marcelo Siqueira, numa segunda etapa, a ETE estará capacitada para remover 90% da carga de sólidos e dejetos orgânica dos esgotos do Arrudas. Isso vai possibilitar melhorar a qualidade de vida na Capital mineira e devolver a vida ao rio das Velhas, já que todo o esgoto do Arrudas é despejado "in natura" nesse importante rio, afluente de outro ainda mais importante, o rio São Francisco. Esta, sim, é uma obra de reivindicação.

Essa obra tem grande significado para mim e para todos os moradores da região Leste de Belo Horizonte. Nas décadas de 1980 e 1990, iniciamos um grande movimento, denominado SOS Arrudas, que visava a promover o saneamento e a despoluição do ribeirão, que tantos transtornos e sofrimento causava aos moradores dos Bairros Santa Efigênia, Pompéia, Esplanada, Horto, São Geraldo, Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Boa Vista, Nova Vista e tantos outros. Em 1992, promovemos em conjunto com a COPASA um seminário para discutir essa questão. Naquela oportunidade, debatemos o assunto com o grande paisagista brasileiro, de renome internacional, Roberto Burle Marx, que defendia a imediata construção de uma estação de tratamento de esgotos na Capital mineira. Infelizmente, esse assunto trazia pouca ou nenhuma sensibilidade aos nossos governadores. Somente em maio de 1999 a construção da ETE foi autorizada pelo Governador Itamar Franco, tendo as obras começado em julho desse mesmo ano. E faço uma pausa para fazer justiça ao nosso ex-Governador Newton Cardoso, que, naquela oportunidade, enquanto Governador, disponibilizou o terreno para que, futuramente, pudéssemos construir a ETE Arrudas.

Em abril de 2001, com as obras da ETE bem adiantadas, apresentei o Projeto de Lei nº 1.473, sugerindo o nome de Burle Marx para esta ETE da COPASA. Na minha justificativa, aponte para a importância dessa ETE, obra em defesa do meio ambiente e da população brasileira, pois vai beneficiar os rios das Velhas e São Francisco. Ressalto que, concluída, a ETE Arrudas estará capacitada para remover 90% da carga orgânica e de sólidos dos esgotos domésticos e industriais coletados em Belo Horizonte e Contagem, lançadas no ribeirão Arrudas.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto já foi aprovado por esta Casa e está praticamente nas mãos do Governador Itamar Franco. E, quando inauguramos a ETE Arrudas, tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o Governador, que, sensibilizado, prometeu a este Deputado que irá sancionar essa lei, fazendo essa justa homenagem e resgatando um pouco da história da construção da ETE Arrudas, que doravante se chamará Paisagista Roberto Burle Marx. Mas por que Burle Marx? É que, além da participação do paisagista nas questões do meio ambiente em BH - basta lembrarmos a Praça da Assembléia e o Parque das Mangabeiras, obras de Burle Marx de vital importância para nossa cidade -, a ETE está instalada numa área de 638.000m², na região de Marzagânia, no Município de Sabará. Na verdade, confrontante com Belo Horizonte, eu chamaria a atenção dos Bairros Caetano Furquim, Casa Branca e outros. E possuí uma extensa área verde, fator que nos remete ao paisagista, defensor intransigente da preservação desses espaços para a melhoria da qualidade de vida da população e geral.

Como dissemos acima, em 3/4/92, realizamos, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde exercia mandato de Vereador, um seminário para tratar das questões sanitárias e da recuperação da bacia do Arrudas, bem como um futuro tratamento dos esgotos até então lançados no ribeirão. Na ocasião, pudemos contar com a presença e o conhecimento do paisagista Roberto Burle Marx, a quem tive a honra de indicar para receber o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, no ano de 1987, época em que pessoalmente entreguei ao renomado paisagista essa condecoração. Por sua preocupação com nossa cidade, o paisagista fez questão de conhecer de perto o local onde seria instalada a ETE Arrudas e aconselhou que se fizesse a recomposição e a melhoria da área verde na região.

Hoje está feito e, para ser comprovado, basta apenas que as pessoas se dirijam àquela região, para ver de perto essa obra fantástica do Governo de Minas, a qual - insisto - não serve apenas à região Leste da cidade, que começou esse movimento, mas serve a Belo Horizonte, a Minas e ao Brasil. Assim, senhoras e senhores, é a dimensão dessa obra que nos levou a sugerir o nome de Burle Marx para batizar a ETE do Arrudas. No dia da inauguração da primeira ETE, obtive do Governador Itamar Franco a promessa da sanção de nosso projeto, que, por sua dimensão e alcance social e ambiental, fará jus ao nome desse grande brasileiro, que infelizmente nos deixou em 1994, aos 82 anos de idade, mas está ligado para sempre à história do paisagismo nacional, sendo um dos brasileiros mais consagrados no Brasil e no exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao fazer para V. Exas. o relatório dessa importante luta que começou no início da década de 80, com o Movimento SOS Arrudas e, depois, com esse seminário e com a convocação da sociedade mineira para participar dessa importante obra, sinto-me feliz, com a consciência de que, efetivamente lutamos por uma das maiores obras que Belo Horizonte já teve. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, centenas de Prefeitos estiveram reunidos no Minas Centro, com a presença do Governador Itamar Franco e do Vice-Governador Newton Cardoso, para o lançamento do Programa Novo SOMMA. Pude participar, representando esta Casa, junto com outros colegas Deputados, e sentimos o tamanho da expectativa dos Prefeitos, tendo em vista a implementação desse novo programa, que será pilotado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Um projeto de lei enviado pelo Sr. Governador a esta Casa, no ano passado, viabilizou recursos para o SOMMA, extinguindo o vínculo com o Banco Mundial e autorizando o repasse das verbas ao BDMG, para que esse elaborasse um programa nos moldes do SOMMA. É importante lembrar que a verba resultante do pagamento atual de todos os Prefeitos para o Projeto SOMMA do Governo passado está alimentando o caixa do Novo SOMMA. A previsão inicial é de R\$53.000.000,00, e a final, de R\$300.000.000,00, na primeira etapa do projeto.

Hoje, ouvindo os Prefeitos, sentimos o tamanho da sua expectativa com relação a esse Governo, que ajudamos a eleger e que precisa dar uma atenção especial às cidades. O Novo SOMMA é uma grande forma de iniciar-se esse apoio, que certamente vingará. Os Prefeitos mineiros podem acreditar na seriedade desse Governo, que não agirá como o anterior, deixando os Prefeitos amarrados até a última hora e não liberando os recursos.

Desta vez, o programa será administrado pelo BDMG, cujo trabalho é um orgulho para nós, mineiros. Dois Bancos foram extintos, em Minas Gerais, nos últimos anos: o BEMGE e o CREDIREAL. Dois patrimônios mineiros foram desviados de sua função, uma vez que foram privatizados, em prejuízo de nosso povo e em benefício do capital internacional. Mas o BDMG foi mantido e, hoje, está revigorado, presidido pelo ex-Senador Murilo Badaró, que pilotará o Novo SOMMA, com recursos que reputamos muito importantes para os Prefeitos e para as obras a serem desenvolvidas.

Em um passado muito recente, o Projeto SOMMA foi alvo de diversas acusações de mau uso de seus recursos, o que motivou a instalação de uma Comissão Especial, que, nesta Casa apurou as responsabilidades, encontrando indícios de diversas irregularidades. Dessa vez, entretanto, haverá um cuidado especial, para que os recursos sejam bem aplicados em favor das cidades mineiras.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem, estivemos no vale do Jequitinhonha, mais especialmente na cidade de Almenara, inaugurando, com o Secretário da Segurança, Dr. Márcio Barroso Domingues, e com o Diretor-Geral do DETRAN, Dr. Otto, mais uma banca examinadora de candidatos a motoristas. Estar em Almenara, cidade em que tivemos uma formidável votação como Deputado, é sempre um motivo de alegria, tendo em vista a hospitalidade, marca registrada de seu povo, e, principalmente, a possibilidade de manter contato com seu Prefeito, Dr. Manoel Francisco, e os de cidades vizinhas, como Claudemir Carpe (...), de Rubim; Ildaci Petinga, de Divisópolis, etc.

Lá, no baixo vale do Jequitinhonha, pudemos também aquilatar as expectativas das lideranças, já tão agradecidas pelo que já tivemos, como a implantação da UNIMONTES, marco do progresso da região, e tão ansiosas por mais obras e benefícios.

Os Prefeitos e as lideranças do vale do Jequitinhonha têm a expectativa da implantação do chamado IDENE, que está sendo aprovado por esta Casa. Será criado um instituto, ou seja, uma autarquia que abrangerá a SUDENOR e a CODEVALE atuais. Em seu lugar, subsistirá um órgão mais fortalecido para atender aos interesses da chamada Área Mineira da ADENE, antiga SUDENE. Estamos com uma expectativa também com relação aos programas que o Governo planeja realizar no vale do Jequitinhonha, principalmente no que diz respeito ao PAPP II, que é um grande projeto que deu certo no Governo Newton Cardoso e Hélio Garcia. Esse projeto está retornando com a liberação de US\$53.000.000,00 do Banco Mundial. Trata-se de um programa de apoio ao pequeno produtor rural, ou seja, um grande e inestimável benefício que o Governo do Estado pode oferecer, principalmente para a realização dos pequenos projetos, beneficiando pequenas comunidades. Nessa região da SUDENE mineira, estamos nessa expectativa, que é compartilhada pelas lideranças do Jequitinhonha. Naquela região, em que Almenara é a principal cidade, há uma grande expectativa com relação ao asfaltamento de algumas rodovias, como a que liga Almenara a Pedra Azul, com cerca de 90km de terra, que está para ser pavimentada. As principais cidades do baixo Jequitinhonha, Pedra Azul e Almenara, reclamam da necessidade dessa obra. A rodovia que liga Almenara a Rubim necessita também de pavimentação. Passei por essa estrada e senti como é importante que esses recursos do Estado deixem de ser aplicados em regiões mais desenvolvidas, para ser priorizada a região do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Essa estrada é importante, pois por lá passam a produção agrícola e pecuária e os caminhões de carvão. A principal rodovia que deve ser pavimentada é a que liga Almenara a Salto da Divisa, ou melhor, a que liga Jacinto a Salto da Divisa, porque o trecho de Almenara a Jacinto já está praticamente pronto, pois o trecho de asfalto já está concluído. O trecho que liga Jacinto a Salto da Divisa é muito pequeno. Estivemos em Almenara, juntamente com o Vice-Governador Newton Cardoso, para lançar essa pavimentação, mas as obras estão paralisadas. Ainda hoje, conversando com o Vice-Governador Newton Cardoso, disse-lhe sobre o tamanho da expectativa do asfaltamento da rodovia que liga Jacinto a Salto da Divisa. Ele me informou que, semana que vem, estará buscando verbas para garantir o reinício das obras dessa rodovia. É grande a expectativa do povo daquela região. Posso informar-lhes, em primeira mão, que o Vice-Governador afirmou que essa obra deverá ser reiniciada nos próximos dias, por decisão do Governo do Estado, que está buscando as verbas necessárias para viabilizar esse empreendimento. Temos essa expectativa porque nós, do Norte de Minas e do Jequitinhonha, acreditamos na campanha passada do Governador Itamar Franco. Sabíamos que as suas grandes obras não seriam faraônicas e físicas, embora estejamos surpreendidos com a quantidade das obras que estão sendo construídas e inauguradas por esse Governo.

Há pouco, o Deputado Márcio Cunha fez menção à implantação de uma ETES na Grande BH. Isso era um grande sonho, uma grande obra da COPASA que agora se viabiliza. Temos um programa que está em execução no setor habitacional. A CEMIG está cumprindo seu papel com projeto de eletrificação rural, mas sua grande obra para o Brasil é a construção de hidrelétricas no território mineiro. Já foram construídas oito ou nove. Algumas já foram inauguradas, como a de Porto Estrela. Em breve serão inauguradas outras. A grande expectativa do Norte de Minas é a barragem de Irapé, que produzirá energia para Minas e para o Brasil. Não haverá apagão em Minas depois que essas hidrelétricas forem concluídas. Se o Governo Federal fizer sua parte, o problema acabará, pois Minas está cumprindo seu papel. Mas a grande obra de Itamar Franco poderá não ser a obra física, mas a moral, ou seja, devolver a Minas a dignidade perdida pelo Governo anterior, que era incompetente, sem sangue nas veias, que deixou o Estado perder seus benefícios, suas riquezas, num processo vergonhoso de privatizações daquilo que nos era mais caro. Se não fosse a competência do Governador Itamar Franco, além de perdermos o BEMGE, o CREDIREAL, perderíamos também a CEMIG, que, pela sua ação vigorosa, retornou a Minas. Minas pode se orgulhar desse patrimônio. O Governador Itamar Franco é a grande esperança de Minas e do Brasil. Como Presidente da República, poderá resgatar as melhores tradições do nosso Estado. Será colocado no lugar de Juscelino Kubitschek de Oliveira, no lugar de Tancredo Neves. Esse lugar é de Minas e por um mineiro novamente será ocupado, porque essa é a vontade do povo brasileiro, é a oposição verdadeira que Fernando Henrique teme. Teme que Itamar Franco seja candidato à Presidência da República. Para isso, o Governo Federal está fazendo todas as artimanhas, tentando impedir que Itamar chegue lá. Em primeiro lugar, tenta melar as prévias, que são o grande compromisso da nação peemedebista. Iremos às urnas em janeiro, para escolher uma candidatura própria à Presidência da República, para tirar o PMDB das bases do Governo Federal, porque este não tem agido com seriedade, não tem feito justiça, não tem administrado com competência os valores que achamos importantes. O Governo Federal é responsável pelo vergonhoso processo de privatização. Há alguns dias, nesta Casa, o Líder João Pedro Stédile falava, fazendo referência à informação do eminente Prof. Celso Furtado, de um dado muito triste e pavoroso sobre as privatizações. O Prof. Celso Furtado, buscando todas as informações que possui, levantou quanto o Governo brasileiro, durante os 250 anos de época colonial, mandou de ouro para Portugal. Esse ouro foi avaliado em R\$1.400.000.000,00. No entanto, em consequência do processo de privatização, o Brasil está mandando, a cada ano, R\$50.000.000.000,00 para os cofres do capital internacional. Temos esse plano de privatização equivocado de um lado, e, de outro, o nacionalismo acendrado do Governador Itamar Franco, que será motivo do principal debate que se travará na próxima campanha presidencial.

Vemos, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que alguns desesperados não querem que Itamar assuma. Nesta Casa, há representação desses desesperados que procuram agredir o Governador Itamar Franco, procuram desmoralizá-lo, mas não conseguirão.

Não tenho procuração para defendê-lo. Como mineiro que vê que tudo está indo para o caminho certo, sinto-me no dever de manifestar-me para dizer que Minas está se preparando para oferecer ao Brasil um nome que vai resgatar o País da desgraça em que se encontra. Com Itamar Presidente, vai voltar a crescer o Brasil. Quando Presidente, ele acabou com a inflação, criando o Plano Real. Agora, é hora de o Governador Itamar Franco, Presidente da República, fazer novamente o Brasil crescer. Quem viver verá isso acontecer. Muito obrigado.

* Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, após ouvir as palavras do nobre Deputado Luiz Tadeu Leite, não poderia deixar de lembrá-lo de que o Projeto SOMMA, lançado pelo Governador Itamar Franco, foi fruto de discussão nesta Casa por ocasião da CPI do SOMMA.

Houve uma corrupção intensa nos projetos do Fundo SOMMA. A CPI examinou-o e, no relatório final, fez constar a sua posição de que o Fundo SOMMA não poderia continuar como antes. Então, não se pode esquecer do nascedouro do Fundo SOMMA. Talvez o Deputado Luiz Tadeu Leite, empolgado e emocionado por questões maiores e defendendo candidatura futura à Presidência da República, esqueceu-se ou omitiu-se quando não disse que outras pessoas participaram também para que o Estado tivesse o dinheiro do Fundo SOMMA. Se esse dinheiro foi para o caixa do Tesouro, repassado pelo BDMG, temos de lembrar aqueles que o trouxeram por meio de investimento internacional.

Fica aqui, Deputado Luiz Tadeu Leite, a lembrança a V. Exa. Se o Estado está com R\$300.000.000,00 capitalizados para o Fundo SOMMA, outras pessoas que não do Governo atual trabalharam para que isso acontecesse. Na política, não podemos nos esquecer do passado. Aqueles que o esquecem não farão o futuro.

Não podemos deixar de dizer da emoção que sentimos quando esta tribuna recebe o parlamentar. A tribuna é o assento mais nobre desta Casa, onde podemos colocar os nossos pensamentos. O jornal "Estado de Minas" de hoje, na coluna do Sr. Batista, que, por sinal, é parente de um Deputado muito nobre desta Casa, faz citação do meu nome de maneira jocosa. Diz: (- Lê:)

"O Deputado Rêmoló Aloise (PFL) apresentou, ontem, requerimento convocando o Secretário de Agricultura para debater projeto que abre crédito para o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural. O Deputado Anderson Aduato (PL) interveio, lembrando que o Secretário Raul Belém morreu e seu substituto não foi ainda indicado. Virou bate-boca.

Irritado, Aloise retrucou: mas a Secretaria deixou de existir? Se for assim, a situação engravidou. Na verdade, o parlamentar queria dizer que a situação agravou".

Informo ao Sr. Batista que não disse que a situação agravou, mas que engravidou, porque toda gravidez tem um início, um meio e um fim. Não sabemos o final dessa gravidez, ou seja, se chegará a termo ou se vai ser prematura. Disse que a situação engravidou, porque ainda não existe um Secretário que responda por aquela Secretaria. Não admito essa maneira jocosa usada pelo Sr. Batista quando se referiu ao meu pronunciamento. É preciso haver um basta, principalmente com relação ao Sr. Batista, pelo seu passado, que não é dos melhores, dos mais recomendáveis. É preciso haver respeito. Ao se votar um projeto nesta Casa, capitalizando um fundo de 16 milhões, a Assembléia está sendo prejudicada por esse tipo de matéria jocosa, tentando criticar uma vez mais um Deputado. Não admito em hipótese nenhuma essa forma jocosa usada pelo Sr. Batista. Essas questões fazem parte do parlamento. Todo Deputado, após diplomado, coloca a sua vida para ser avaliada. Não é a primeira vez que o jornal "Estado de Minas" usa termos jocosos ao se referir a esta Casa.

Foi constituída a Comissão do BDMG. O Deputado Luiz Tadeu Leite fez, desta tribuna, os maiores elogios àquela instituição. Até acho que esses elogios têm seu valor. A Comissão foi criada para examinar a inadimplência de 1.101 empresas que estão sendo executadas por esse Banco de fomento. No início dos nossos trabalhos, convidamos o Dr. Murilo Badaró para discutir com a Comissão a inadimplência dessas empresas. Após uma vasta discussão e um requerimento encaminhado, recebemos hoje a resposta da diretoria do Banco, informando-nos que não poderíamos ter acesso aos contratos dos inadimplentes por uma questão de sigilo fiscal.

Em nome da transparência do Governo Itamar Franco - quando atuei como Vice-Líder do Governo, foi-nos dito em uma reunião no Palácio que a transparência era fundamental -, venho a esta tribuna pedir ao Sr. Murilo Badaró, Presidente do BDMG, que remeta à Comissão os contratos daqueles que estão sendo executados. Por que estamos pedindo esses contratos? Foram feitos vários acordos entre as empresas e o BDMG. Portanto, entendemos que os inadimplentes devem ter uma oportunidade. As ações já estão distribuídas. Não estamos vendo motivo para que um Banco estatal use o critério do sigilo fiscal. A Comissão deseja estudar a situação daqueles que querem saldar os seus compromissos.

Lamento profundamente a resposta que esta Comissão recebeu do BDMG, dizendo que, em questões de sigilo fiscal, não teria competência para receber esses contratos.

São questões pontuais, fundamentais de um Governo transparente, em que não existe corrupção. Até agora, não se ouviu falar que este Governo praticou ato corrupto. Então, por que esta Comissão não poderia ter acesso aos contratos das pessoas que estão sendo executadas pelo BDMG?

Venho a esta tribuna, lugar próprio para fazermos reivindicações e cobranças, para fazer um pedido ao Sr. Governador, homem honesto, transparente. O jornal "Estado de Minas" publicou página inteira sobre a Secretaria da Fazenda. Para terem uma idéia, o Secretário esteve ontem, na Comissão de Fiscalização, para discutirmos anistia e, hoje, é publicada matéria sobre a Secretaria da Fazenda e as questões preocupantes do Governo. Coincidência? Em vista disso, seria bom que o Governador Itamar Franco autorizasse ao Presidente do BDMG encaminhar à nossa Comissão os contratos daqueles que estão sendo executados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/10/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.832, de 1999, 2.064, 2.098, 2.104, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando Maria do Carmo Camara Pinto do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Hugo Raimundo Openheimer para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

nomeando Marcios Mário Murta para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando Maria Cristina de Lima Fernandes Padoan do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Maria Cristina de Lima Fernandes Padoan para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Perli Pinheiro de Lacerda para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Vicente Raymundo do Nascimento do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Agostinho Silveira, Vice-Líder do Governo;

nomeando Maria do Carmo Camara Pinto para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Pimenta, Vice-Líder do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Inesir Heringer Corrêa do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do PL;

nomeando Rita de Cássia Tannus Oliveira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do PL.

ERRATA

ATA DA 291ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/10/2001

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 11/10/2001, na pág. 11, col. 4, sob o título "REQUERIMENTOS", no resumo do Requerimento nº 2.662/2001, do Deputado Miguel Martini, onde se lê:

"em 18 de outubro", leia-se:

"em 23 de outubro".